



HÁ QUASE UM ANO

Mercado de dívida à espera de empresas

Cerca de um ano após o lançamento do mercado de dívida corporativa, nenhuma empresa ou investidor declarou a intenção de emitir títulos de dívida. A Comissão de Mercado de Capitais reafirma que as condições técnicas e de supervisão estão todas criadas, assim como as condições tecnológicas. A explicação de fundo continua a ser a despreparação das empresas, face aos “elevados níveis de exigência”. Pág. 15

PETER HILL ABRE O LIVRO

“A TAAG só avançaria com um estrangeiro à frente”

AVIAÇÃO. É a primeira grande entrevista em que fala sobre processos “sensíveis” que herdou na gestão da companhia aérea de bandeira nacional. Peter Hill, o britânico PCA da TAAG, revela que foi alertado que “seria difícil”, pelos vários interesses que ‘amarravam’ a empresa. Contudo explica ter uma resposta mágica a toda a pressão externa: “Tenho um mandato do Presidente, que me diz que isto tem de acontecer como um negócio. Quando digo isso, recuam”. Págs. 4 a 6



Importações tombam 41%

Angola importou 1,1 milhão de toneladas, no segundo trimestre deste ano, uma quebra de 41%, face às importações, no período homólogo, contabiliza o Conselho Nacional de Carregadores (CNC). Com 146,3 mil toneladas, a Coreia do Sul superou a China, como a principal fonte do mercado asiático. Pág. 10

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ Euro 181,5Kz (-1,5) ▼ LIBRA 203,6 Kz (-0,3) ▼ YUAN 24,5 Kz (-0,2) ▼ RAND 12 Kz (+0,2) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



A RECEITA DA TAAG

É uma observação fria e informada. Desapassionada e, sobretudo, frontal, por isso suscetível de criar 'reações patriotescas'. Numa única frase, Peter Hill, o britânico que preside ao conselho de administração da TAAG, reduz o que não se encontra em mil páginas de jornais, sempre que se procuram soluções à viabilidade das empresas do sector público em Angola. A saída, declara o número um da TAAG, é a contratação de estrangeiros, particularmente para empresas que, como a transportadora aérea, se encontram em processos de reorganização. A explicação é directa: um estrangeiro está protegido de toda a pressão externa que condiciona a autonomia da administração da empresa. E que, por arrasto, inviabiliza qualquer possibilidade de uma gestão profissional, focada na criação de valor.

Peter Hill vê em si próprio e na sua equipa o verdadeiro exemplo. E não dá palavras. Dá números. Em pouco mais de um ano, criou poupanças de 120 milhões de dólares, sem cortar, no todo, na qualidade do serviço. Os cortes incidiram sobre o número



“inacreditável” de consultores que forneciam informação sem serventia. Mas também na renegociação de contratos bons e na reavaliação de tantos outros que, de tão inacreditáveis, faziam rir, para ninguém chorar.

A tese de Peter Hill até pode parecer simplista, mas só se for analisada também de forma simples e abstracta. Não se pode contrapor o presidente da TAAG, por exemplo, com o paralelo de contratações de certos gestores estrangeiros, que, vindos de culturas empresariais da periferia da Europa, sucumbiram à mediocridade e à promiscuidade, na primeira esquina de Luanda.

A proposta do britânico é sobre estrangeiros e culturas empresariais com estofos morais acima da média e com solidez material suficiente, ao ponto de recusarem acordos

de indignação. É sobre gente que está apta a bater com a porta, logo à primeira ‘ordem superior’ que se precipita sobre a liderança e sobre os verdadeiros interesses da empresa. Não parece haver dúvidas, aliás, de que foi precisamente esse o entendimento do Governo, ao ter preferido para a TAAG uma parceria sobre cuja gestão teria pouca ou nenhuma influência.

O verdadeiro senão visível na análise de Peter Hill e que jogaria a favor do fervor patriótico é o sigilo de Estado. A receita do ‘redentor estrangeiro’ não pode ser aplicada a determinadas empresas públicas estratégicas, por razões exclusivas de soberania. Mas o argumento da protecção do Estado, nesta fase, só é válido para um número absolutamente reduzido de empresas. Além da Sonangol, não sobram mais de quatro e a TAAG, claro, não é nenhuma delas, no entendimento do próprio Governo.

A receita é, portanto, para ser levada a sério. Os angolanos à frente da reestruturação de empresas importantes do Estado têm uma nova oportunidade para provocar que ‘santos da casa podem fazer milagres’. De outro modo, haverá que se dar razão, de forma incontestável, ao PCA da TAAG. A ‘salvação’ terá de vir necessariamente de fora.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente de Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Clotilde Palma

Especialista em tributação

Angola está a estudar a possibilidade de implementar o IVA. Que impacto a medida poderá ter na economia?

A implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado, IVA, constitui um grande desafio, por possuir uma base de incidência mais alargada e justa que o Imposto de Consumo. O IVA traz bastante receita fiscal.

Quais são as grandes diferenças entre estes dois impostos e que vantagens trazem?

O Imposto de Consumo que está em vigor em Angola não fornece receita fiscal adequada, é pouco justo, cumulativo e provoca distorções. O IVA vai corrigir estes problemas, com a arrecadação de muito mais receitas fiscais, por ter mais contribuintes.

Que pressupostos devem ser acautelados para que uma eventual aplicação do IVA seja um êxito?

Para a aplicação com êxito do IVA recomendaria, em primeiro lugar, a formação dos funcionários da Administração Geral Tributária, AGT, e, depois, a sensibilização dos contribuintes através de acções pedagógicas e educação fiscal.

25

TERÇA-FEIRA

O Tribunal Supremo recebeu a providência cautelar que pretende suspender a posse de Isabel dos Santos, como presidente da Sonangol, tendo dado oito dias para o Presidente da República e a empresária se pronunciarem, informou David Mendes, porta-voz do grupo de advogados que interpôs a acção.

26

QUARTA-FEIRA

Angola conta com apenas 3.900 técnicos de contabilidade para cerca de 50 mil empresas, o que torna difícil a aplicação com justiça do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), declarou o presidente do conselho de administração da Sistec, Rui Santos, durante uma conferência sobre tributação.

27

QUINTA-FEIRA

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, admite que os habitantes das centralidades poderão subscrever com carácter obrigatório o seguro multi-riscos habitação, para mitigar a ocorrência de eventos contra a habitação.



24

SEGUNDA-FEIRA

O secretário de Estado da Agricultura, Amaro Tati, revelou que o Governo da China vai conceder ao sector agrícola angolano 10 milhões de dólares para a construção de um centro de demonstração de tecnologias agrícolas, a partir de Dezembro.

28

SEXTA-FEIRA

A proposta do OGE para 2017 deu entrada na Assembleia Nacional, para apreciação, discussão e aprovação até 15 de Dezembro. A entrega do documento ao presidente da AN, Fernando da Piedade dos Santos, foi feita pelo chefe da Casa Civil do PR, Manuel da Cruz Neto.



29

SÁBADO

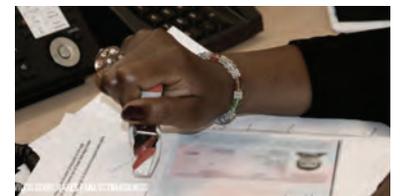
A AGT, na Huíla, arrecadou, no primeiro trimestre deste ano, seis mil milhões de kwanzas, resultante de cobranças de imposto de selo, receitas fiscais aduaneiras, rendimentos de trabalho, entre outros, representando um aumento de 33% em relação a igual período de 2015.



30

DOMINGO

O Governo pretende "aligeirar" a concessão de vistos de turismo e com isso captar receitas, tendo criado, um grupo de trabalho que deverá apresentar propostas ao Presidente da República até Dezembro. A informação consta de um despacho presidencial.



COTAÇÕES



MERCADOS MISTOS

O Nikkei foi o maior ganhador da sessão de sexta-feira, um máximo de seis meses graças ao outlook positivo sobre a dívida pública japonesa. Tendência contrária registaram os mercados dos EUA, que estiveram na última sessão da semana em alta num clima animado pelo crescimento do PIB a 2,9%, o ritmo mais acelerado dos últimos 2 anos, até quase ao fecho, quando se instalou instabilidade com notícias sobre a reabertura da investigação dos emails da candidata democrata Hillary Clinton.



PSI20 CONSEGUE CONTRARIAR EUROPA

Enquanto o índice que mede o desempenho das bolsas europeias, o Stoxx 600 fechou a semana no vermelho a perder 0,27%, a banca francesa, a londrina e a portuguesa (por apenas 0,01%) fecharam em terreno positivo. Os CTT e a NOS ajudaram a contrabalançar as perdas do BCP e da Galp. O preço da mercadoria que sustenta a economia angolana voltou a ressentir-se com a incerteza sobre o acordo para cortes de produção da OPEP, fechando o barril de petróleo Brent a 50 USD (-0,93%).

Grande Entrevista

PETER HILL, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TAAG, ABRE O LIVRO

“As empresas angolanas, em reorganização, deviam ser geridas por estrangeiros”

É a primeira grande entrevista em que ‘abre o jogo’ abertamente sobre os processos críticos que herdou na gestão da TAAG. Peter Hill, o britânico que gere a companhia aérea de bandeira, desde Setembro do ano passado, explica como desfez negócios “intocáveis” e por que razão apenas um estrangeiro seria capaz de tornar a TAAG numa empresa rentável. Mais ao fim, não deixou de mencionar a meta histórica de médio prazo: elevar as receitas ao nível das despesas da companhia.

Por Cândido Mendes

Á se passaram 12 meses à frente da TAAG. Qual é o balanço possível?

É verdade. Foi há 15 de Setembro de 2015 que eu e minha equipa, porque somos uma equipa, tomámos posse da gestão da TAAG. Entretanto, o plano de negócios que vimos executando, concebido pelo Governo em colaboração com a Emirates, para ser implementado nos próximos 10 anos, foi desenvolvido na primavera de 2014. Nessa altura, o país estava numa situação muito diferente, em relação à situa-

ção em que se encontrava em Setembro de 2015, quando tomamos posse, e que se arrasta até agora.

Em 2014, o país ainda estava numa plataforma muito positiva. O petróleo ainda estava a vender perto de 100 dólares o barril e a vida era boa. Todo o mundo estava ansioso para mais expansão económica, maior desenvolvimento, mais investimentos, assim por aí. Passou-se um ano e a coisa toda mudou. E foi nessa altura em que assumimos a gestão da TAAG. Acho que não se poderia ter escolhido uma turbulência pior para assumir o comando.

Em que estado encontrou a empresa?
A empresa atravessa por um período de grande expansão. Novas aeronaves, novos equipamentos, foi removida da lista negra, de

modo que novas rotas foram iniciadas e tudo caminhava a bom ritmo. Era assim há vários anos. Quando começámos a olhar para os livros, para o modo como a forma de gestão como foi concebida, tenho de dizer que foi uma confusão. Não necessariamente por culpa de alguém em particular, mas apenas porque estava fora de controlo. Por isso, tivemos de segurar e estabilizar o navio. Tivemos de analisar as contas, a organização e, basicamente, remodelá-la para tentar adequá-la ao que esperávamos que viesse a tornar-se uma empresa sólida. É o que temos vindo a fazer desde então.

Houve um atenção especial à questão financeira, certamente.
Reformulámos completamente a



“A única coisa que fizemos, em termos de redução da força de trabalho, foi olhar para todas as pessoas que estão acima da idade de aposentadoria e certificar-se de que elas se aposentassem.”

situação financeira da empresa. Agora podemos dizer, com segurança, que sabemos exactamente quem somos e que dinheiro devemos. Sabemos o que está no banco e sabemos para onde estamos a ir, em termos do nosso desempenho financeiro. Sabemos o que temos de aprovisionar, à medida que vamos para frente. É um quadro muito diferente do que herdamos. Agora recebo um extracto mensal das contas, verdadeiras e factuais. Estou muito confiante em que o Governo está muito feliz com isso, os nossos credores também, e, certamente, a equipa de gestão está confortável com isso.

Sentiu necessidade de manter algumas práticas anteriores, já que se trata de um negócio do Estado e que, por isso, encerra outras preocupações de cariz social, por exemplo?

Relativamente à organização, nós tivemos de racionalizá-la. Reconhecemos que isto é uma negócios do Estado, logo há pressupostos a manter. Há muitos trabalhadores na organização que não estão necessariamente nas posições adequadas. Temos de reconhecer isso e tomar as medidas adequadas para tentar ou retreiná-las ou mudá-las para outras áreas. São pessoas, digamos, complicadas. Não por culpa delas, mas, se calhar, por culpa da gestão anterior. De qualquer forma, não despedimos ninguém. A única coisa que fizemos, em termos de redução da força de trabalho, foi olhar para todas as pessoas que estão acima da idade de aposentadoria e certificar-se de que elas se aposentassem. Nem todo o mundo quer reforma, mas eu tenho a obrigação de criar espaço para as pessoas novas entrarem. Os mais jovens precisam de ser promovidos, é sua prerrogativa, seu direito e temos a certeza de que é possível.

Como primeiro PCA não-angolano, na história da TAAG, enfrentou resistência por esse facto? Ou terá sido pelas reformas que aplicou?

Esta não é a primeira vez que assumo um cargo, como estrangeiro. Estive em Omã, no Sri Lanka e fiz parte da equipa que fundou a Emirates. Logo, isso não é novo para mim e não o é para a maioria da minha equipa também. Em termos de TAAG, isso foi completamente novo. O pessoal ficou realmente um pouco preocu-



pado que isso tenha ocorrido. Tive conversas com ministros e vários funcionários do Governo. É muito mais fácil para um estrangeiro chegar a uma empresa aérea, como a TAAG, e implementar políticas que realmente têm efeitos benéficos sobre o negócio. Elas podem até perturbar as pessoas em Angola, mas a pessoa encarregada de as realizar, no caso eu, não tem qualquer pressão que não seja a pressão de ser o CEO da empresa.

Deve depreender-se que a TAAG não avançaria com angolanos à frente? Pelas razões que referi, é mais fácil para mim implementar a mudança, do que seria para um angolano. Porque o angolano seria pressionado por todos os tipos de pessoas e interesses externos. Quanto a mim, eu realmente tive a vida facilitada. Quando se coloca algum tipo de pressão de alguém do Governo para fazer determinada coisa, respondo: eu tenho um mandato do Presidente, que me diz que isso tem de acontecer como um negócio. Eu simplesmente indico isso, quando alguém me desafia, inquirindo por que faço isso ou aquilo. Quando lhes digo isso, eles recuam. E eu acho que isso é benéfico. Se quem estivesse sentado na minha cadeira fosse um angolano, acho que seria muito mais difícil para ele. Mesmo para mim, não é simples, mas eu não tenho essa pressão. Por isso, acho que empre-

Não é uma tarefa fácil, mas estamos a tentar remover todos os processos duplicados e os processos excedentes que existiam. No fundo, analisámos os processos e emagrecemo-los.

Esta não é a primeira vez que assumo um cargo, como estrangeiro. Estive em Omã, no Sri Lanka e fiz parte da equipa que fundou a Emirates.

sas como esta, quando se estão a reorganizar, devem talvez trazer um estrangeiro por um período de tempo, apenas para assentar as coisas, nivelar a empresa, colocá-la num melhor curso, e depois devolvê-la a um angolano qualificado, para assumir o comando.

Recentemente, disse à imprensa que a TAAG conseguiu poupanças de 70 milhões de dólares em um ano? Que despesas teve de cortar?

Os 70 milhões de dólares é o montante que conseguimos economizar desde a nossa chegada. Na realidade, no total são 120 milhões de dólares, porque há ainda os 50 milhões de dólares que tivemos de aprovisionar para as contas deste ano e do ano anterior.

Como fizeram isso?

Tivemos de passar pente a tudo. Analisámos os contratos e a forma como estes foram concebidos. Será que precisamos de todos eles? Tínhamos contratos de consultoria em quase todas as áreas da nossa actividade. E eu perguntava-me: se eu tenho um gestor aqui que deve desempenhar a sua função, por que razão tenho um consultor sentado ao lado dele a fazer o mesmo trabalho? Ou o gestor faz o trabalho ou o consultor! Não preciso de duas pessoas para o mesmo trabalho. Era assim em toda a empresa. Por isso, tivemos uma grande racionalização em ambas as

áreas. Ou dispensámos o consultor, o que foi invariavelmente o caso, ou dissemos ao gestor: se não é capaz de fazer, sinto muito, vamos ficar com o consultor até ao momento em que podermos colocar o nosso próprio funcionário e aí o consultor sair. Por conta disso, nesse momento, temos muito poucos consultores. Na verdade, a empresa gastava muito dinheiro com consultores, estamos a falar em milhões de dólares. Esse processo começou no topo e estendeu-se a todas as áreas: operações, finanças, tecnologias de informação, etc. Não conseguia acreditar na quantidade de consultores que trabalhavam para esta empresa. Essa foi a primeira coisa.

Houve mais?

Sim, os contratos com os fornecedores. Tínhamos todo o tipo de fornecedores, poucos bons, alguns não tão bons e outros ainda inacreditáveis (risos..). Uso essa palavra “inacreditável” e deixei-o pensar o que pensar. Reavaliámos todos esses fornecedores, renegociámos tudo, até mesmo os bons. Novamente, houve milhões que foram poupados. A TAAG é relativamente uma pequena companhia aérea, mas há muitos anos que comprava coisas de que realmente não precisava. Temos grandes excedentes de equipamentos em todas as áreas. Estamos a tentar dispor de excessos, onde podemos, pelo menos as coisas de que não precisamos. Alguns desses módulos temos de viver com eles, outros tentamos eliminar. Não é uma tarefa fácil, mas estamos a tentar remover todos os processos duplicados e os processos excedentes que existiam. No fundo, analisámos os processos e emagrecemo-los. Assim, a gestão, de certa forma, ficou muito mais simplificada. Hoje, o pessoal vê o que é, enquanto, antes, tínhamos tantos processos na empresa, que era difícil saber o que era válido e o que não era. A redução dos processos permitiu-nos também encontrar maneiras de fazer com que muitas pessoas executassem diferentes tarefas muito melhor do que eram capazes antes. Deixou de fazer sentido, por isso, a quantidade de consultores que forneciam informações que não eram usadas. Foi-me dito, entretanto, que eliminar alguns desses contratos não seria fácil.

Grande Entrevista

Continuação da página 6

Por que razão lhe disseram isso?
Porque havia muitas empresas locais, agentes locais, todo o tipo de pessoas envolvido por trás desses processos, desses contratos. Eu respondia 'ok', mas o meu mandato é para cortar custos, sempre que for possível e é o que venho fazendo. E isso foi apenas uma vez, em todos esses processos, que me foi dito que havia processos intocáveis. A realidade é que as pessoas que me disseram que se oporiam, não se opuseram. E, no fim de contas, fomos capazes de sanear muita coisa, o que produziu enormes poupanças.

Voltando à questão dos recursos humanos. Admite a possibilidade de baixar salários?

Não necessariamente. Apenas racionalizar o trabalho, olhando para a taxa de trabalho no mercado actual. Muitas empresas estão a fazer isso agora. Quando não se está a ganhar tanto dinheiro quanto antes, tem de se certificar que a força de trabalho seja acessível. Se não for acessível, então tem de se fazer algo. Podemos ter de encontrar um mecanismo de oferecer um esquema de afastamento voluntário. Dessa forma, podemos ter de oferecer às pessoas um pacote de pagamento que vai encorajá-lo a pensar se quer ficar ou partir. Quem partisse seria devidamente compensado. Esta empresa já fez isso antes, certas posições foram eliminadas, mas depois foram recrutadas novamente. Não é muito inteligente fazer isso.

Sobre as rotas da TAAG, fala-se em algumas não rentáveis. Considera fazer cortes?

Há certas rotas que não têm sido rentáveis quanto gostaríamos que fossem. O voo para Cabo Verde, por exemplo, leva 5,5 horas no meio do oceano Atlântico. É uma rota muito cara, pois custa-nos 2,5 milhões de dólares por ano, para transportar apenas, em média, 20 pessoas por voo. O 737 faz ida-e-volta com a carga toda. Falando claramente, não podemos dar-nos a esse luxo. Então, Cabo Verde vai sair da programação. Claro, que se o Governo nos disser: "queremos que mantenha o voo e estamos preparados para subsidiá-lo", nós aceitaremos. Se o governo de Cabo Verde disser: "vamos dar-vos concessões, reduzir as taxas de

10

anos, tempo previsto para a execução do plano de negócios concebido pelo Governo em colaboração com a Emirates.

2,5

milhões de dólares, valor anual para transportar apenas, em média, 20 pessoas por voo para Cabo Verde.

aterragem, o custo do combustível, etc, etc, se chegarmos a algum tipo de assistência, vamos continuar a rota como um serviço público. Mas, até lá, as pessoas que me desculpem, a empresa tem de ganhar dinheiro.

E voos domésticos são rentáveis?

Não sei. Têm o seu custo, digamos assim. Estamos a operar uma abrangente rede de voos domésticos, melhoramos um pouco nos horários. Alguns desses voos têm ligação com as rotas que deixam Luanda para outros destinos, como Lisboa. Lisboa é muito popular na nossa rede, por isso é útil que alguns desses voos conectem, para que possam fornecer mais ligações a Lisboa e Porto e vice-versa. Realmente, tivemos de analisar a programação nacional e internacional e é curioso notar que, se olharmos para as rotas internacionais, o que acontecia era que os voos são Angola para outros lugares, e de outros lugares para Angola. Não é esse o potencial de Luanda. Luanda é um ponto importante e estratégico para os serviços aéreos ao sul do Sahara e precisamos aproveitar isso. Por outras palavras, precisamos trazer os voos provenientes da América do Sul, Europa, China, que liguem



PERFIL

Peter Hill, britânico de nacionalidade, é um consultor internacional de empresas de aeronáuticas, com especialidade em 'tart-ups' aéreos e 'rebranding'. No seu longo 'currículo aéreo', constam os cargos de PCA das linhas aéreas de Oman, (2008-2011), Sri Lankan Airlines (1999-2008), além de várias consultorias prestadas a FlyDubai, GM Commercial. É membro fundador da Emirates, a companhia que o trouxe à TAAG.

Luanda a outros pontos em África, de modo a que pessoas viagem de uns destinos para outros e possam usar os nossos voos para isso. Isso é algo que nunca foi feito antes.

Porquê?

Primariamente, é preciso ter um visto para transitar por Angola. Quando chegámos aqui, reunimo-nos com oficiais do departamento de migrações, altos funcionários ministeriais e dissemos-lhes: "olhem, Luanda é uma potencial placa giratória, não precisam pedir

vistos a quem entra em Angola". E eles concordaram e estão a eliminar a maior parte dos vistos de trânsito para as pessoas que apanham voos de ligação dentro de 24 horas, e os resultados do sucesso já são significativos.

Embora o mercado angolano não cresça de momento, estamos a conseguir trazer os clientes dos mercados ao redor, o que aumenta a nossa carga dentro e para fora de Angola em voos internacionais. Por exemplo, quando, em Março ou Abril, começámos a ligar Joanesburgo e Cidade do Cabo, para os nossos voos para Lisboa e Porto, tínhamos 6,7 passageiros. Seis meses depois, estamos receber entre 80 e 90 passageiros que vêm através daqueles destinos que conectam com o nosso voo para Lisboa e Porto. Neste inverno, ligaremos para o nosso voo para o Brasil, Havana e talvez Dubai. São essas coisas que irão aumentar o nosso negócio daqui para frente. E isso permitiu-nos manter voos diários duplos para Portugal todo o tempo, mesmo no Inverno, quando, no passado, teríamos de reduzir o número de frequências nessa altura, por falta de demanda.

Onde vê a TAAG chegar sob sua capitania?

A Emirates tem um contrato de gestão de 10 anos aqui. Eu, provavelmente, vou estar aqui por mais dois anos, mais ou menos. Até agora, financeiramente esperamos, pelo menos, atingir o 'breakeven' no momento em que sair. Isso é um grande passo, porque esta empresa nunca o fez ao longo da sua história. Em segundo lugar, queremos construir a marca para que as pessoas olham para a TAAG como uma das transportadora aérea líderes em África. Esse é o objectivo. Se vamos ser capazes de o alcançar, vamos ver... De qualquer forma, vou recebendo declarações positivas de muitos dos nossos clientes regulares que estão a notar diferenças. Os voos são muito mais pontuais do que eram no passado. O interior da aeronave é muito mais limpo, muito melhor do que eram. O serviço de chão começou a funcionar melhor. Não é o ideal, porque não estamos a operar num aeroporto ideal. É um muito congestionado aeroporto, lotado. Mas tentamos melhorar os processos que controlamos tanto quanto podemos. O que gostaria de ver em três anos é as pessoas dizerem: "Há aí o voo da TAAG? eu vou com a TAAG", enquanto, no passado, era: "TAAG? que outra companhia também vai?"

A MELHOR QUALIDADE
DE SOM E IMAGEM É COM OS
DESCODIFICADORES HD DA ZAP.
ADIRA JÁ!

HD TV
zap

HD



ZAP BOX HD



ZAP BOX HD+DVR

Disponível nas lojas e agentes ZAP.



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos    

Economia/Política

PROJECCÕES DE OUTUBRO 2016

FMI 'contraria' Governo e antevê um 2017 mais difícil para Angola

PREVISÃO. Instituição projecta crescimento da riqueza nacional de apenas 1,5% e taxa de inflação de 38,3%, mais do dobro da taxa anual projectada pelo Governo na proposta de Orçamento Geral do Estado de 2017. Dos países exportadores de petróleo africanos, Angola é o segundo com menor crescimento.

Por Nelson Rodrigues



Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um 2017 'mais apertado' para os países africanos exportadores de petróleo, com

Angola a registar uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de apenas 1,5%, menos 0,6 pontos percentuais contra as projecções do Governo que antevêem 2,5% na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017.

O desempenho económico dos exportadores de petróleo africano para o próximo ano consta do 'Outlook' de Outubro, lançado duas semanas depois da aprovação da proposta de OGE, pelo Conselho de Ministros, e

três semanas depois da reunião anual do FMI e Banco Mundial.

Nas projecções para Angola, espera-se ainda uma taxa de inflação anual de 38,3%, a mais alta entre os exportadores de petróleo africano, mas que fica ligeiramente abaixo da estimativa do OGE revisto de 2016, cujo índice foi fixado em 38,5%.

Integram o grupo de países exportadores de petróleo africano a Nigéria, Angola, Gabão, Chade e a República do Congo, de acordo com a lista do FMI, que coloca Angola como a segunda economia que menos deverá crescer em 2017, depois da Nigéria, com apenas 0,6% (ver gráficos).

O arrefecimento da actividade económica não abrange apenas os exportadores de petróleo africanos. De acordo com o documento, o crescimento económico global deverá diminuir para 3,1% até finais de 2016, mas deve registar uma ligeira recuperação no próximo ano para 3,4%.

A contribuir para o abrandamento do ritmo económico nacional está a redução das receitas com a venda do barril do petróleo, situação que, em 2015, tirou de Angola "quase seis mil milhões de dólares de receitas fiscais", segundo os números do Governo, apresentados pelo Presidente da República (PR), José Eduardo dos Santos, no discurso sobre o Estado da Nação. "O choque sistémico da queda do preço [do barril do petróleo] foi muito forte nas receitas públicas", reconheceu José Eduardo dos Santos, ao balancear a actividade económica nacional referente a 2015.

No Orçamento de 2015, o preço do barril do petróleo foi estimado em 80 dólares, tendo sido, mais tarde, revisto em baixa para 40, com a revisão do plano financeiro aprovado pelos deputados da Assembleia Nacional. A revisão orçamental prosseguiu em 2016. Quando o Governo contava, inicialmente, com um preço



do barril de petróleo nos 45 dólares, foi obrigado, a meio do ano, a 'mexer' no Orçamento, tirando 4,1 dólares ao preço inicial, pelas mesmas razões que no período anterior.

CRISE PARA TODOS

Além de Angola, esperam um 2017 de abrandamento económico mais quatro exportadores de petróleo. A Nigéria, por exemplo, que deve fechar

2016 com um crescimento negativo de 1,7%, este ano não vai além dos 0,6%, posicionando-se como o exportador de petróleo africano que menos riqueza vai produzir no próximo ano.

À semelhança da Nigéria está o Chade, que espera um crescimento negativo no PIB de 1,1%, em 2016, e uma tímida recuperação de 1,7% em 2017. Em ritmo ascendente estão o Gabão e a República do Congo, que devem crescer 4,5 e 5,0%, respectivamente.

FUNDO RECOMENDA

Para todos os exportadores africanos, a instituição de Christine Lagarde apela para o "ajustamento nas políticas macroeconómicas" e uma "política fiscal mais equilibrada, com vista a aumentar a contribuição do sector não petrolífero na receita fiscal".

Apesar de algumas reformas terem sido já implementadas e algumas ainda em curso, como é o caso

1,5

por cento é a projecção de crescimento económico de Angola para 2017 no Outlook-2016 do FMI.



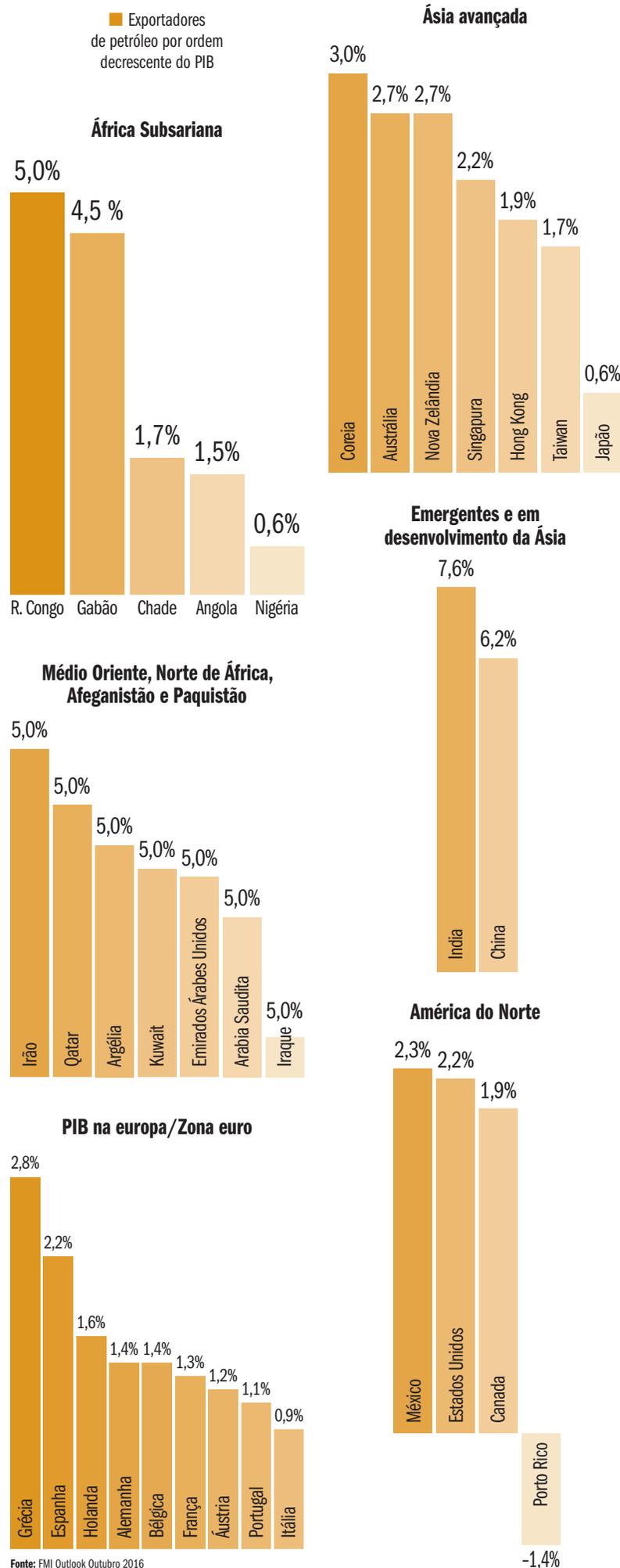
MAIS DE CINCO MIL megawatts de energia eléctrica vão ser produzidos até 2017, com a conclusão dos projectos do ciclo combinado do Soyo, Laúca e Capanda, bem como a ampliação da barragem de Cambambe.



VÁRIOS COMERCIANTES angolanos estão a optar por vender os produtos na vizinha Namíbia, para, em troca, obterem o dólar namibiano e facilidade na aquisição de bens naquele país fronteiriço do Cunene.

Em ritmo ascendente estão o Gabão e a República do Congo.

A riqueza mundial em 2017



BANCO MUNDIAL

Angola no 'top 10' das piores economias para se fazer negócios

O relatório Doing Business, do Banco Mundial (BM), revela que Angola desceu uma posição relativamente à edição do ano passado, passando da 181.ª posição (entre 189 países) para a 182.ª, num conjunto de 190 países.

Com data de referência de Junho de 2016, o documento acrescentou mais um país, a Somália, o que elevou o total de países avaliados para 190, fazendo com que, mesmo tendo descido um lugar na classificação, Angola mantenha o nono pior clima de negócios do mundo.

Esta é a 14.ª edição do relatório e tem como objectivo reflectir as facilidades e dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas da principal cidade de cada país, no caso de Angola, Luanda, em dez critérios que vão desde abrir um negócio até fechar uma empresa, obtenção de crédito, acesso à electricidade e pagamento de impostos.

Angola é superada apenas, a nível do mundo, na classificação pela Somália (190), Eritreia (189), Sudão do Sul (186) e a República Centro Africana (185), consideradas pelo BM como as economias com a classificação mais baixa da região Subsariana africana.

O administrador das exportações da Agência para a Promoção do Investimen-

to e Exportações de Angola (APIEX), Lopes Paulo, questionado sobre o relatório, disse ao VE não ter comentários, mas garante que esta tendência deixa antever que o clima de negócios em Angola, no próximo ano, será pior.

O BM revela ainda que o actual ambiente macroeconómico do país contribuiu para agudizar o "mau" clima de negócio, apesar das duas reformas introduzidas pelas autoridades, nomeadamente a Lei do Investimento Privado e a redução da burocracia na constituição de empresas.

Segundo o relatório, o país é o quarto pior no cumprimento de contratos, o sétimo em comércio internacional e o nono pior, em termos de obtenção de crédito. Em relação à protecção de investidores minoritários, Angola ocupa a 81.ª posição, e em 111.ª em obter licenças de construção.

Este ano, a Nova Zelândia lidera o ranking, seguida pela Singapura, trocando de posição do ano passado, com a Dinamarca e Hong Kong.

Em termos regionais, o BM indica que as Ilhas Maurícias, que ocupam a 49.ª posição na classificação global do Doing Business, são as mais bem posicionadas na África Subsariana, seguidas pelo Ruanda (56), Botsuana (71) e África do Sul (74).

de Angola, com a redução da despesa por via da eliminação dos subsídios aos combustíveis, o FMI insiste que as acções "ainda não são suficientes", porque as economias "continuam a depender de recursos insustentáveis, como o levantamento de reservas, financiamentos do banco central, e acumulação de atrasados".

Para contornar, Angola tem já ensaiadas as receitas para a inversão de ciclo, a tão propalada 'estratégia para a saída da crise', recordada pelo PR no seu discurso sobre o Estado da Nação, que inclui a diversificação económica e o endividamento externo.

"Esta estratégia está alicerçada na substituição do petróleo como fonte principal de receita, na promoção de exportações a curto prazo, na programação do pagamento da dívida pública e no novo ciclo económico de estabilidade não dependente do petróleo", explicou o chefe de Estado, há duas semanas na AN.



Situação macroeconómica do país piorou ambiente de negócios, segundo o BM

Mário Mujetes © VE

Economia/Política

CHINA PERDE 'TERRENO' PARA COREIA DO SUL

Importações caem 41% no segundo trimestre do ano

COMÉRCIO. O cimento hidráulico, principal matéria-prima para o fabrico do cimento Portland, continua a ser o produto mais importado. Mas que também, registou uma queda de 13,27%, em relação a 2015.

Por Isabel Dinis

segundo produto mais importado, caiu 28,84%, a farinha de trigo 38,05%, uma diferença de 38.637,48 toneladas.

Dos dez produtos mais importados, segundo o CNC, seis são bens alimentares, como o arroz, açúcar, farinha de trigo e de cereais, carnes e miudezas, óleo de soja e malte.

Dados recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) dão conta que os preços, em Luanda, subiram 38,18% nos últimos 12 meses, até Agosto, renovando ápices históricos e atingindo a nova previsão do Governo para todo o ano de 2016, que consta do Orçamento Geral do Estado revisto.

Segundo o CNC, a importação de veículos continua em queda livre e resume uma "res-



Mário Mujica © VE

posta clara do mercado em função da escassez de divisas para a dinâmica das trocas comerciais". Durante esse período, a importação de automóveis caiu 86,57%. Entraram, via marítima, 1.074 viaturas, menos 6.921 em relação ao mesmo período do ano passado.

COREIA DO SUL À FRENTE

O continente asiático continua a ser a preferência dos importadores angolanos. A Coreia do Sul ultrapassou a China, com 146.370,97,

toneladas nesse trimestre, embora tenha apresentado uma taxa negativa de 27,26% em relação ao período homólogo.

A China e Portugal apresentaram perdas na ordem dos 59% e 54% respectivamente. A Turquia mereceu destaque, com uma variação de crescimento das exportações para Angola de 47,62%.

Angola importou da Ásia 434.400,42 toneladas, um decréscimo de 47,5% em relação ao período homólogo. A Europa ocupou a

segunda posição com 427.842,07 toneladas, menos 220.056,28. O continente americano apresentou a menor queda com o registo de menos 27,29% do volume de carga importada.

MAIORES IMPORTADORES

A Nova Cimangola mantém a posição sólida de líder nas importações com um total de 151.637,48 toneladas, um aumento de 3,24% face ao mesmo período de 2015. A Cimenfort Industrial ocupa a segunda posição com 85.533,43 toneladas e um aumento na importação de até 109,70%. A terceira é ocupada pela Angolissar que indicou uma tendência decrescente no volume das importações de, pelo menos, 73,17%.

A Niledutch foi a maior operadora marítima, quer em quantidade de toneladas como em unidades transportadas. De acordo com o boletim, durante o segundo trimestre, a companhia transportou 179.745,95 toneladas menos 108.902,73 em relação ao período homólogo.

OS 10 PRODUTOS MAIS IMPORTADOS NO II TRIMESTRE DE 2016

Cimentos hidráulicos	196476,33 TONELADAS
Arroz	72162,37 TONELADAS
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose	64208 TONELADAS
Farinha de trigo	63473,79 TONELADAS
Escória de altos-fornos granulada (areia escória)	41470,5
farinha de cereais excepto de trigo	38892,05 TONELADAS
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas	31228,09 TONELADAS
Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados	24508,19 TONELADAS
Utubos e perfis ocios, sem costura, de ferro e aço	20601,9 TONELADAS
Malte, mesmo torrado	17493,39 TONELADAS

Os produtos importados por Angola, no segundo trimestre de 2016, atingiram 1.119.343,02 toneladas, uma redução de 41% face as 1.897.249,06 toneladas importadas no período homólogo do ano anterior, indica o Conselho Nacional de Carregadores (CNC), no seu mais recente Boletim Estatístico.

O cimento hidráulico, também designado por clinker, principal matéria-prima para o fabrico do cimento Portland, continua a ser o produto mais importado. No período em análise, foram importados 196.476,33 toneladas deste produto, apresentando, ainda assim, uma queda de 13,27% em relação ao mesmo período de 2015.

Os bens alimentares, tal como tinha acontecido nos três primeiros meses do ano, continuam em queda, com excepção do açúcar e massas alimentares. O arroz,



OS PLANOS DE CONSTRUÇÃO de um oleoduto, avaliado em 2,5 mil milhões de dólares, para ligar Angola e a Zâmbia e adiados desde 2013 na sequência de divergências negociais, vão ser retomados.



A DELEGADA REGIONAL do Entrepósito Aduaneiro, que compreende Namibe, Huíla e Cunene, Maria Ferreira, garantiu o abastecimento de farinha de trigo, açúcar e óleo alimentar, no quadro do plano que visa baixar os preços da cesta básica.



PROJECTO

Falta de 'know-how' obriga a renegociar gestão da Quiminha

INVESTIMENTO. Falta de capacidade técnica e 'know-how' sobre indústria agrícola comercial obrigou Governo a renegociar, através da Gesterra, gestão do projecto Quiminha, em Luanda, para rentabilizar investimentos realizados pelo Estado.

Por Mário Costa

O mega-projecto agrícola da Quiminha foi o foco do negócio fechado entre a estatal Gesterra e o grupo israelita Tahal Internacional que permitirá a parceria de gestão público-privada prevista para os próximos sete anos. Entre as novidades trazidas, pela gestão estrangeira, figuram o 'know-how' e a implementação do modelo agrícola israelita, cujo distintivo é o controlo do funcionamento da produção por parte dos trabalhadores do projecto de forma colectiva.

O projecto agro-industrial consiste na implementação de 300 residências, sendo que a cada uma está associada uma área de um hectare para a exploração agrícola familiar. Implantada no Icolo e Bengo, a leste

de Luanda, a Quiminha conta com um centro de logística para o processamento e empacotamento dos produtos, além de um aviário. Do projecto, é esperada uma produção anual de 22 milhões de ovos e 60 mil toneladas de produtos agrícolas com uma previsão de facturação anual na ordem dos 52 milhões de dólares.

Consultado a propósito pelo VALOR, o engenheiro agrónomo e especialista em agricultura familiar e mecanizada Carlos Baptista explicou que sempre criticou o projecto Quiminha e outros que têm as mesmas características "por se tratar de empreendimentos demasiado ambiciosos para as capacidades angolanas" a nível tecnológico. "São projectos megalómanos que não permitem uma gestão adequada sem assistência externa, dificultam a fiscalização, criam muito pouco emprego relativamente aos montantes investidos e facilitam as condições que conduzem à corrupção. A estes 370 milhões de dólares para a

22

Milhões de ovos é a produção que se pretende atingir anualmente.

52

Milhões de dólares anuais é a facturação prevista.

gestão agora assumida pelos israelitas e angolanos devem ser acrescidos os 208 do investimento". Relativamente às vantagens da nova parceria, o especialista avança mesmo que o formato em que foi concebido o projecto já teria de prever gestão estrangeira. "Aliás, foi estrangeira a concepção e a implantação do empreendimento. Os angolanos limitaram-se a acompanhar, sem assumir o controlo, dada a sua complexidade. Agora não vejo outra hipótese", acrescenta. Questionado sobre alternativas e melhores caminhos, explica que "teríamos capacidade de gestão e possibilidade de prescindir de assistência estrangeira se o projecto fosse menos complexo". Temos experiências de projectos agrícolas tipo "Dubai" que falharam ou estão em vias disso. Veja-se o que se passa com o Pólo Agro-Industrial de Capanda ou o Pólo do Cubal". Na sua opinião, os capitais públicos deveriam ser aplicados de forma mais racional, na agricultura e em qualquer outro sector.

ATÉ 2021

Angola quer ser país de rendimento médio

Angola quer contar com a experiência de países que conseguiram a graduação de Países de Rendimento Médio, como Cabo Verde, para elaborar a sua Estratégia Nacional de Transição Suave, que deverá concluir até 2021.

A intenção foi manifestada pelo ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, no discurso de abertura do seminário sobre a Graduação de Angola da categoria de Países Menos Avançados (PMA): Desafios e Oportunidades.

O ministro declarou que a efetivação dessa graduação colocará Angola ao lado de um restrito grupo de quatro países, nomeadamente Botswana, Cabo Verde, Maldivas e Samoa, que, nos cerca de 45 anos desse processo, conseguiram migrar do estatuto de PMA para o de País de Rendimento Médio (PRM).

Job Graça reconheceu que o processo é complexo e envolve consideráveis desafios, e no caso de Angola, que tem como foco a melhoria substancial dos índices de desenvolvimento do capital humano e de vulnerabilidade económica.

"Para a elaboração dessa Estratégia Nacional, Angola tem de beneficiar, por um lado da experiência dos países que fizeram já esse mesmo caminho, e, por outro lado, da parceria das agências do sistema das Nações Unidas, em particular do PNUD, que são depositários do necessário e específico conhecimento científico e técnico", sublinhou.

Economia/Política

REESTRUTURAÇÃO

Requalificação do Pólo Turístico do Futungo de Belas recebe mais de 112 mil milhões de kwanzas



O perímetro começa na Corimba, estende-se ao longo da costa até à ponte do Benfica.

Mério Mujites © VE



INVESTIMENTO

Suécia explora nova fase de cooperação com Angola

O vice-ministro da Suécia, Nils Vikmang, responsável pelas questões relacionadas com a energia, trabalho, em Luanda, na semana passada, no sentido de estabelecer uma nova fase de cooperação económica com foco no comércio e investimento entre o país nórdico e Angola.

Após mais de 40 anos de relação entre os dois Estados, marcados, sobretudo, pela cooperação para o desenvolvimento, Nils Vikmang, acompanhado por representantes de duas agências estatais de crédito sueco e ainda por uma delegação empresarial com cerca de uma dezena de empresas, explorou novas áreas de negócios como as das tecnologias de informação, energia e transportes.

O governante sueco participou, no dia 28 de Outubro, num seminário organizado pela Business Sweden, agência de comércio e investimento da Suécia, sediada em Luanda.

O Executivo disponibilizou a verba de 112,4 mil milhões de kwanzas para dar continuidade ao programa de criação e desenvolvimento de infra-estruturas do perímetro desanexado do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Orçamento Geral de Estado de 2016 revisto, cabimentado ao gabinete de gestão do referido pólo.

Fonte oficial ligada ao gabinete de gestão do pólo explica que a dotação, cuja disponibilidade está a ser efectivada de forma faseada, é um montante que deu impulso ao desenvolvimento das infra-estruturas no perímetro. O projecto foi concebido em 2004, no entanto apenas no ano passado foi lançada a primeira fase, com o objectivo de tornar realidade o empreendimento enqua-

drado na requalificação urbana, do Futungo de Belas e Mussulo.

A recente apresentação do plano de requalificação do Mussulo, afirma, enquadra-se no programa de estruturação do perímetro que se espera “venha a oferecer um novo padrão de vida aos habitantes de Luanda”.

O montante ora atribuído será alocado, segundo a mesma fonte, ao programa de reparação e construção de infra-estruturas urbanas, nomeadamente abastecimento de água e de energia eléctrica, estradas e rede de esgotos, no âmbito da requalificação da zona turística do Futungo de Belas. “Quando os trabalhos atingirem o pico espera-se que mais de dois mil postos de trabalho sejam criados”, acrescenta.

O presidente da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHARA), Armindo César, em declarações ao VE, afirma “que o importante é que o Governo continue a apostar para o desenvolvimento do projecto”, já que se trata de uma zona nobre e de expansão

da cidade de Luanda. Os investimentos disponibilizados podem traduzir o interesse das autoridades em mudar a imagem da capital e criar mais oportunidades de negócios para os angolanos e estrangeiros que queiram investir no mercado hoteleiro e turístico angolano. Este é um exemplo de que o sector do turismo é aposta do Executivo para a diversificação da economia”, reforça.

Relativamente à conjuntura do sector, Armindo César garante que, enquanto algumas empresas do sector turístico foram muito afectadas,

537

Hectares, área ocupada pelo projecto Futungo de Belas.

muitas outras iniciativas estão a nascer, um indicador de que “os dias difíceis estão a passar”.

Com um período de construção estimado em dez anos, o perímetro começa na rotunda da Corimba, estende-se ao longo da costa até à ponte do Benfica e vai albergar, para além de zonas habitacionais e turísticas, o Museu da República num conjunto que reunirá a residência e o escritório do primeiro Presidente do país, António Agostinho Neto.

O projecto ocupa uma área de 537 hectares e prevê-se que depois da infra-estruturação concluída, investidores privados participem no desenvolvimento do projecto.

O gabinete de gestão do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas avança que o investimento público já realizado permitiu a criação de bases da requalificação do perímetro de 537 hectares, repartidos em lotes para habitação e para construção de edifícios de comércio e serviços, bem como áreas dedicadas ao lazer.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



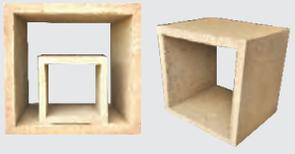
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Mercado & Finanças

ESPECIALISTAS CRUZAM OPINIÕES SOBRE DISPONIBILIDADE EM KWANZA NOS BANCOS

Crédito ao Estado explica fraca liquidez em moeda nacional na banca

ANÁLISE. Dois centros de estudos e de investigação científica e um ‘mestre’ explicam porquê dos problemas de liquidez na banca comercial. Entre várias teorias, especialistas concluem que excessiva recolha de recursos pelo Estado à banca comercial atrai famílias e algumas empresas para segundo plano.

Por Nelson Rodrigues

Persistem as queixas de clientes sobre dificuldades no acesso aos depósitos em vários balcões de diferentes bancos comerciais, desde limitação no valor a levantar a dificuldades com as transferências interbancárias, um tema que o VALOR vem explorando desde finais do primeiro semestre e que volta à carga esta semana.

De todas as explicações recolhidas de vários bancos – dois dos quais integrantes do ‘Top 5’ em activos – para as reclamações dos clientes, as mais apresentadas foram “os atrasos no abastecimento das tesourarias” e “dificuldades pontuais”, sobretudo de “recontagem das cédulas e as de natureza tecnológica”, como a quebra no sinal de rede.

Uma verdade não relatada pelos vários técnicos de bancos consultados pelo VALOR tem que ver com a “concessão em ‘massa’ de crédito às solicitações do Estado”, de acordo com o economista Yuri Quixina, que avalia o facto pelo número de vezes e a quantidade de títulos da dívida pública interna absorvida pelos bancos.

Segundo o também professor da Universidade Agostinho Neto, a inexistência de um mercado financeiro liberalizado e a expressiva ligação das instituições bancárias ao Estado

explicam a escassez de recursos em moeda nacional, seja para crédito ao sector privado, seja para levantamento.

“Os bancos não podem ficar muito ‘amarrados’ ao Estado. O sector bancário nacional é muito ligado ao sector público. O crédito vai muito ao sector público do que ao sector privado”, explica Quixina, que não descarta factores de política monetária entre as razões do enxugamento de liquidez em kwanza.

“Há até bancos que escolhem empresas públicas para fazer serviços de salários”, exemplifica o académico, ao explicar a presença do Estado no mercado e o impacto sobre as famílias.

Só em Junho, cinco bancos comer-

28,7

Mil milhões de kwanzas, valor poupado pelo Estado, através de títulos de dívida pública.

ciais – BFA, BAI, Standard Bank, Millennium Atlântico e o Banco Regional do Keve – cederam ao Estado perto de 30 mil milhões de kwanzas, precisamente 28,7 mil milhões, em colocações de títulos de dívida pública. Operações que, dada a vantagem que

gera às contas dos bancos, restringe o acesso ao crédito e a levantamento de determinadas somas a particulares, segundo observa o especialista.

Também o Centro de Estudo e Investigação Científica do Instituto Superior Metropolitano (CEICIN) explica a situação da falta de liquidez em moeda nacional com “o encaminhamento dos recursos das famílias e das empresas aos investimentos do banco”, com destaques para o financiamento da dívida pública.

“Os bancos nem sempre têm o dinheiro que se verifica na conta, porque investem o dinheiro das famílias e das empresas. Daí que, quando vou levantar uma soma avultada, o banco diz que está com indisponibilidade

de liquidez”, justifica o CEICIN, pela voz do seu investigador e economista sénior Zeferino Venâncio.

DEPÓSITOS COM JUROS BAIXOS

As taxas de juros baixas e menos atractivas são outros ‘explicadores’ para a redução do fluxo de caixa dos bancos comerciais, devido à desistência dos aforradores desse instrumento de investimento, explica ainda Zeferino Venâncio.

“Os juros de conta a prazo (poupança) são derrisórios e não são atractivos. As pessoas preferem investir o dinheiro a guardá-lo numa conta poupança. Lembremo-nos que os bancos trabalham com o dinheiro da poupança das famílias”, conclui o também professor de economia do IMETRO.

Francisco Paulo, por seu turno, especialista do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), considera que as medidas de políticas monetárias do banco central ajudam no ‘enxugamento’ da massa monetária em excesso, como forma de controlar o aumento da taxa de inflação, mas nega, entretanto, que este recurso leve à redução de liquidez dos bancos comerciais.

“As queixas de clientes devem ser casos isolados de determinadas agências, de um ou dois bancos. O que poderia ter ocorrido é que, no momento que o cliente solicitou o levantamento, o caixa da agência poderia estar com ‘problemas pontuais de tesouraria’, que, logo de seguida, tenham sido resolvidos por meio do reforço de caixa a partir da tesouraria central”, justifica o economista e investigador CEIC.





A EMPRESA Interbancária de Serviços – a Emis – estima crescer, até ao final do ano, 10% para os ATM e 30% para os POS, no ano em curso, de acordo com o seu administrador executivo, Edgar Costa.



A ANGOLANA Ana Dias Lourenço, que ocupava o cargo de directora executiva no 'board' do Banco Mundial, cessou o seu mandato, numa cerimónia de despedida que teve lugar na última semana, indica uma nota da instituição distribuída à imprensa.

QUASE UM ANO DESDE O SEU LANÇAMENTO

Mercado de dívida corporativa sem empresas para negociar

CAPITAIS. Ainda nenhuma empresa apresentou intenção de emissão de títulos na Bolsa de Dívida e Valores de Angola, quase um ano depois de mercado de dívida corporativa ser inaugurado. Campanhas de divulgação prosseguem, mas exigências podem estar a 'afugentar' investidores.

Por Nelson Rodrigues

Quase um ano e vários seminários desde a inauguração do mercado, a Comissão do Mercado de Capitais (CMC) continua à espera que os empresários e demais investidores nacionais apresentem a declaração de intenção de emissão de títulos de dívida corporativa, apurou o VALOR junto do gabinete de comunicação e apoio ao investidor da entidade.

Lançado em Dezembro do ano passado, o mercado de dívida corporativa é o segundo dos quatro mercados financeiros previstos para a consolidação do Mercado de Capitais em Angola, sendo que o objecto deste é a multiplicação das fontes de financiamentos para os investidores que até então tinham os bancos comerciais como fonte única de empréstimos.

Do lado da CMC, estão criadas "todas as condições de regulação e supervisão", e da BODIVA, as condições tecnológicas para garantir que as transacções sejam feitas. "Estas duas instituições estão prontas. Falta é vir a primeira empresa disposta a cumprir com todos os critérios. A bola está agora do lado das empresas", garante a CMC, que pretende continuar com as 'campanhas' de divulgação e preparação das empresas para o mercado, através do seu gabinete de comunicação e apoio aos investidores.

Actualmente, apenas um mercado está em pleno funcionamento, o de dívida pública, aberto em finais de 2014, estando a faltar, para a conclusão da estratégia da CMC, a entrada em operação de mais três mercados, nomeadamente o de dívida corporativa, o mercado de acções e fundos de investimentos e o mercado de futuros.

Estará a contribuir para o atraso, na execução dos restantes mercados, o estado de preparação das empresas, devido ao "elevado nível de exigências para a admissão de negociações" em bolsa e aos processos que antecedem a validação pela CMC.

"Não é um, nem dois requisitos. São muitos requisitos [exigidos para admissão]. Existe uma legislação completa para se fazer isso. Por isso é que as empresas, geralmente, para se lançarem nas emissões, contratam serviços especializados, geralmente um banco de investimento", esclarece a Comissão de Mercado de Capitais.

RELATO FINANCEIRO OBRIGATÓRIO

Entre as exigências aos investidores, sobressaem o dever de relato financeiro regular, a governação corporativa e o saneamento financeiro. "Tem de haver transparência na forma como as empresas são governadas, daí que a governação corporativa seja muito importante. Não é ter uma empresa em que o presidente do conselho de administração mande em tudo, sem claras linhas de divisão das tarefas", adverte fonte do órgão regulador dos mercados de valor mobiliários.

De acordo com a lei que aprova o Código de Valores Mobiliários,

2015

ano em que foi lançado o mercado de dívida corporativa, o segundo maior dos quatro mercados financeiros.

142

artigo da lei do Código de Valores Imobiliários que trata dos prazos de divulgação e aprovação do relatório de gestão.

no número um do seu artigo 142, os emitentes de valores mobiliários, admitidos à negociação em mercado regulamentado, devem divulgar, logo que possível e o mais tardar até 30 dias após a sua aprovação, o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei.

MAIS REQUISITOS

Para a admissão em negociação, as empresas deverão ainda apresentar relatórios [financeiros] elaborados por um auditor externo, declarações de membros dos órgãos



Para a admissão, as empresas devem apresentar relatórios elaborados por auditor externo.

de administração do emitente, cujos nomes e funções "devem ser claramente indicados, onde afirmem que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente (...)", obriga a lei que aprova o código dos valores mobiliários.

Se o relatório e contas anuais não derem uma imagem exacta do património, da situação financeira e dos resultados da sociedade,

pode o organismo de supervisão do mercado de valores mobiliários – a CMC – ordenar a divulgação de informações complementares, avisa a lei, no ponto cinco do artigo 142.

"Uma empresa que não publica regularmente o relatório e contas não tem como estar na bolsa. Como é que, por exemplo, um potencial investidor, saberá as reais condições de uma empresa, se não tem visibilidade sobre estas informações do estado da empresa? Esse é um dos critérios", atesta o gabinete de comunicação da CMC, que reconhece não ser "fácil" a conclusão do processo pelas empresas.

Mercado & Finanças

CRISE MONETÁRIA E CAMBIAL

BNA disponibiliza 10 milhões de dólares para salários de expatriados

DIVISAS. Verba visa atenuar atrasados dos expatriados. Só de trabalhadores portugueses aguardavam por transferência 160 milhões de euros no final de Julho.

Por Mário Costa

Cerca de 10,6 milhões de dólares é o valor disponibilizado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para a cobertura dos salários dos expatriados na última secção de venda de divisas ao mercado primário num valor global que ronda os 209,7 milhões de euros, contra os 226,7 milhões da secção anterior.

No relatório, o BNA refere que, no período de 17 a 21 de Outubro, a disponibilidade de divisas caiu 7,5% relativamente ao período anterior.

O VE apurou que a cobertura dos salários dos expatriados abrange a assessoria prestada por entidades externas na assistência técnica de reestruturação de vários sectores da actividade pública.

De trabalhadores portugueses, segundo as autoridades lusas, aguardavam por transferência, no final de Julho, cerca de 160 milhões

de euros em salários. A disponibilidade de divisas para o pagamento de salários dos expatriados, de acordo com a construtora Mota-Engil Angola, é uma medida que visa atenuar o problema dos atrasados de muitos trabalhadores do sector da construção, apesar de a empresa defender o aumento das quotas para aliviar a asfixia do mercado.

Em Setembro, o BNA disponibilizou quase 75 milhões de euros em divisas para salários de expatriados, o que tem vindo a aliviar a pressão sobre trabalhadores que não faziam transferências há mais de um ano. Milhares destes trabalhadores começaram a regressar a Portugal devido à situação económica em Angola.

Essa quota, de acordo com o economista Samora Kitumba, pode contribuir para assegurar o mercado de crédito e sustentar a actividade das micro e pequenas empresas, “visto que muitas delas se debatem com sérios problemas financeiros”.

A importação de alimentos, indica o BNA, foi contemplada com 93,3 milhões de euros (cerca de 104,4 milhões de dólares), enquanto a assistência ao crédito



Mário Mujetes © VE

MEMORIZE

● **A COBERTURA** dos salários dos expatriados abrange a assessoria prestada por entidades externas na assistência técnica de reestruturação de vários sectores da actividade pública.



mereceu uma fatia de 17,9 milhões de dólares.

O relatório do banco central sobre a evolução dos mercados monetário e cambial durante o período em referência, contrasta com os 226,7 milhões de euros (cerca de 249,37 milhões de dólares), disponibilizados na semana anterior, com um registo de queda na ordem dos 30%.

Do valor leiloado, indica o banco, 17,7 milhões de euros foram para garantir as necessidades de várias empresas e 17,8 milhões de euros foram para as operações de telecomunicações.

As operações de viagens, ajuda familiar, saúde e educação no estrangeiro saldaram-se em 17,9 milhões de euros.

Desde Março que o BNA apenas vende divisas em euros em consequência da falta de correspondentes bancários americanos em Angola, obrigando a autoridade monetária nacional a recorrer ao mercado europeu.

O incumprimento de regras no sistema financeiro angolano obrigou o Standard Chartered a fechar as 'torneiras dos dólares para o mercado angolano' depois da penalização que sofreu nos Estados Unidos da América por branqueamento de capitais.

Quanto à taxa de câmbio média de referência de venda do mercado cambial primário, apurada ao final da última semana, esta permaneceu inalterada, nos 166,7 Kz por cada dólar e nos 186,2 Kz por cada euro.

PRÉMIO ESTUDANTE NOVA GAZETA

“PROMOVENDO O MÉRITO E A EXCELÊNCIA ACADÉMICOS”

EDIÇÃO 2016

GALA DE ENTREGA DE PRÉMIOS NOVEMBRO / CCTA LUANDA



I. ESTUDANTE DO ANO

- ✓ Prémio Engenharia
- ✓ Prémio Ciências Exactas
- ✓ Prémio Medicina
- ✓ Prémio Ciências da Saúde
- ✓ Prémio Ciências Agrárias & Ambientais
- ✓ Prémio Ciências Económicas & Gestão
- ✓ Prémio Ciências Jurídicas & Políticas
- ✓ Prémio Ciências Sociais & Humanas
- ✓ Prémio Ciências da Educação & Letras

II. ESTUDANTE EXEMPLO

III. FINALISTA DO ANO

TELS. 222 32051 0 / 222 320511 / 927 596835

Nova *Gazeta*



HD TV
zap
A minha TV



Empresas & Negócios

MAIS UMA REESTRUTURAÇÃO MOTIVADA PELA CRISE

Chicoil pretende desactivar unidades de negócios no estrangeiro

REESTRUTURAÇÃO. Grupo empresarial, que gere uma carteira de negócio avaliada em 200 milhões de dólares, pretende reestruturar filiais no exterior para reduzir custos, medida que pode levar a 'desfazer' negócios não rentáveis e a reduzir pessoal.

Por Valdimiro Dias

O grupo Chicoil, que se dedica à prestação de serviço em diferentes áreas com realce no sector hoteleiro e na segurança privada, pretende reestruturar algumas das suas unidades de negócios no exterior, nomeadamente na China, Emiratos Árabes Unidos (Dubai) e Portugal, revelou, ao VALOR, o seu presidente executivo, Eurico Camutenga.

O processo de reestruturação deverá resultar no encerramento de algumas sucursais do grupo no

exterior e, como consequência, a redução de trabalhadores, medida justificada pela actual conjuntura de crise económica.

As filiais do grupo no estrangeiro têm servido, até então, de suporte aos investimentos da empresa para a aquisição de equipamentos e contratação de mão-de-obra chinesa para o negócio, na área da construção, em Angola.

Uma outra 'reforma' passa por 'inviabilizar' os negócios do grupo que não têm rentabilidade.

De acordo com o presidente da comissão executiva da Chicoil, o grupo possui uma carteira de negócio avaliada em aproximadamente 200 milhões de dólares. No entanto, a empresa tem registado quedas nas



Eurico Camutenga, presidente executivo do grupo Chicoil

200

Milhões de dólares é o volume da carteira de negócios gerido pelo grupo Chicoil

receitas na área da hotelaria face à redução de hóspedes, uma dificuldade que se transfere para a empresa de segurança, onde alguns contratos foram rescindidos por falta de liquidez dos clientes.

A Chic-Chic, gestão de hotéis, é a principal unidade de negócios do grupo que detém mais de sete

empresas, entre as quais a Construi Angola, Chic-Chic segurança privada, Chicel House (sector imobiliário), Dondy fiscalização e Projectos, Chicocar (rent a car e camionagem), e a Chimuco comercial, actualmente desactivada.

Na hotelaria, o grupo gere uma rede de hotéis em províncias como a Huíla, onde dispõe de uma unidade, Namibe (uma unidade), Benguela (duas), Luanda (uma), Menongue (uma), para além de ter ainda, em vias de construção, outras unidades hoteleiras na Lunda-Sul, Luanda, Kuando-Kubango e no Bié.

Outro dos segmentos de negócios da empresa é a área de segurança privada, que reúne cerca de 1.600 efectivos, incluindo pessoal administrativo. No total, o grupo emprega acima de 2.400 trabalhadores, segundo Eurico Camutenga.

Para o futuro, a direcção do grupo pretende diversificar a carteira de negócios. A implementação de uma fábrica de água mineral, no Huambo, deverá ser das próximas grandes apostas, havendo ainda planos para a edificação de uma outra unidade fabril de blocos, em Luanda.

A concretização dos novos projectos está, no entanto, dependente da melhoria do actual quadro financeiro do país.



UNIDADE TRANSFORMA 15 TONELADAS/DIA

Solmar investe 25 milhões USD no pescado

A Solmar, empresa do sector pesqueiro, investiu 25 milhões de dólares numa unidade de transformação do pescado para vários derivados, nomeadamente hambúrguer de peixe, com capacidade para processar 15 mil toneladas/dia.

O empreendimento, que é extensão de uma fábrica de gelo com duas linhas que já existia no local desde 1996, estará vol-

tada também para o fabrico de embalagem em caixa e sacos plásticos para serem comercializados a particulares e a empresas.

"Fazer chegar o pescado à mesa do consumidor, com boa qualidade, foi a ideia que motivou a criação do negócio", de acordo com a administradora da empresa, Elisabeth Dias dos Santos.

Localizada no município de Cacucaco, em Luanda, numa pri-

meira fase, a empresa emprega 147 trabalhadores e arrancou com um turno, mas prevê alargar para até três, "se as necessidades assim exigirem".

Para 'alimentar' a unidade, foram celebrados contratos com armadores industriais e artesanais que vão fornecer regularmente o peixe. A Solmar vai abastecer, inicialmente, o mercado nacional, "fazendo diminuir

alguma carga nas importações". No entanto, já pensa também nas exportações, ainda que de modo tímido, de acordo com Elisabeth Dias dos Santos.

A ministra das pescas, Vitória de Barros Neto, ao VALOR, considerou que esta unidade se enquadra no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, assim como nos programas dirigidos aprovados pelo Governo, para o sector das pescas, que visam o aumento da oferta do pescado para potenciar as exportações.

José Zangui



A NEUCE, indústria de tintas, registou um volume de negócios de 200 milhões de dólares no primeiro semestre do ano, revelou o director financeiro, Domingos Pedro, que também anunciou a expansão do negócio para o exterior.



AS OPERADORAS nacionais de telefonia móvel começam a implementar, a partir de amanhã (1 de Novembro), a nova tarifa da Unidade de Tarifa de Telecomunicações (UTT), que passa a custar 10 kwanzas, contra os actuais 7,2 kwanzas.



NOVO ESPAÇO Auto-Sueco aplica 35 milhões USD

A empresa sueca 'Volvo Auto-Maquinaria', do grupo Auto-Sueco, prepara-se para abrir, em Novembro, uma nova instalação, na estrada de Catete, em Luanda, uma operação que deverá implicar um investimento de 35 milhões de dólares.

Em declarações exclusivas ao VE, o director executivo da empresa, João Vaz, afirmou que o novo 'espaço', a ser implementado numa área de 10 hectares, vai seguir o mesmo segmento dos já existentes, na Mulemba, em Luanda, Lubango (Huila) e nas Lundas, vocacionadas à comercialização de camiões, viaturas do tipo SUV, peças e lubrificantes, para além de prestarem assistência técnica, operações que, juntas, valem em média 100 milhões de dólares anualmente ao grupo.

"Para o arranque da nova aposta, as equipas estão criadas", garante João Vaz, reforçando que alguns dos trabalhadores da empresa foram movimentados das oficinas existentes e outros recrutados para fazerem parte do grupo.

Em Angola, o grupo Auto-Sueco emprega 400 trabalhadores. A empresa, de acordo com o seu director executivo, afirma-se como "estabilizada e não pretende desempregar ninguém, nos próximos tempos devido à crise".

Apesar das dificuldades de acesso às divisas, a direcção da empresa sueca garante não ter problemas de stock e que consegue as divisas pelas "vias normais".

EMPRESA DEFENDE-SE QUE PROCESSO ESTÁ ULTRAPASSADO

Conflito de trabalhadores mantém-se na ENANA

CRISE LABORAL. Diferendo que dura há mais de dois anos já teve veredicto do tribunal que deu razão à empresa pública. Trabalhadores transferidos alegam, no entanto, que processo "não teve lisura".

Por Mário Costa

A Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA) está a ser acusada de "discriminação" no processo de transferência dos operadores dos serviços gerais que passaram automaticamente para serviços terceirizados.

Os trabalhadores, ouvidos pelo VE, sob anonimato, dizem-se "apreensivos", face à "passagem compulsiva" para uma entidade privada, a GEMOTEC, já que estão em jogo várias benesses a que teriam direito enquanto tutelados pela ENANA, como a efectividade e a reforma.

Ao justificarem "a falta de lisura no procedimento", os operadores visados explicam que nunca foram notificados para a passagem para uma empresa privada. A situação afecta directamente os operadores de carrinhos de bagagens do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, auxiliares de operações gerais e restaurantes que garantem que a gestão de Manuel Ceita "extravasou" as cláusulas contratuais que os vinculavam à ENANA.

"Os nossos vencimentos sem-

pre foram pagos pela ENANA e hoje fomos afastados compulsivamente dos quadros desta empresa pública. Queremos defender o nosso futuro e a formação dos nossos filhos. Nunca fomos notificados para nos inteirmos do processo de passagem para GEMOTEC", descrevem.

Os mesmos lembram que o processo, já por duas vezes, passou pelo tribunal, mas o caso "teria sido abafado", com o veredicto do juiz de que "a situação era favorável à ENANA e que, caso persistíssemos, seríamos atirados para o olho da rua, já que a nova entidade gestora não tinha nenhuma obrigação laboral connosco".

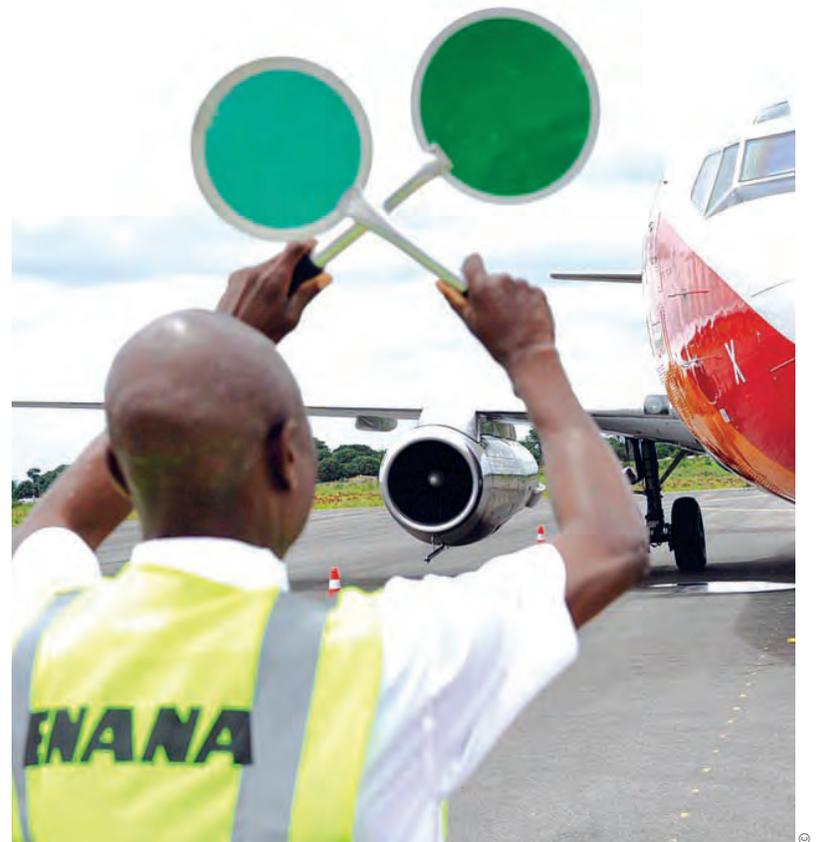
Segundos os trabalhadores, ao ministro dos Transportes, Augusto Tomás, já foram enviadas cartas que permanecem sem respostas. "Estamos aqui sem ninguém para nos defender", lamentam, apontando que foram obrigados a assinar um contrato de três meses, sem saberem os próximos passos.

Os trabalhadores queixam-se ainda de ameaças constantes de expulsão pela direcção da ENANA, caso persistam "em denunciar as irregularidades no processo que nos levou a ser desvinculados da empresa".

ENANA REBATE

O gabinete de comunicação e marketing da ENANA diz "estar a par da situação", mas minimiza o facto, já que a questão já

Funcionários alegam ter passado "compulsivamente" para uma entidade privada



tinha sido julgada em tribunal e "os trabalhadores que se dizem injustiçados foram aconselhados a ingressar nos quadros da GEMOTEC".

"Não são funcionários da

empresa", nega a empresa, referindo que se tratava de trabalhadores eventuais, "sem nenhum vínculo" com a ENANA.

"Até há pouco tempo, a ENANA pagava os ordenados, mas em nenhum momento assumiu a responsabilidade de os enquadrar entre os efectivos da empresa. Esta questão já foi explicada e temos vindo a dizer que é a melhorar solução encontrada, para que continuassem a trabalhar," refere, adiantando que o número de descontentes não passa de 15 indivíduos. "Em qualquer parte do mundo, a gestão aeroportuária exige parceria e a ENANA foi orientada a fazer concessões de certas áreas e manter os serviços estratégicos", explica a fonte, apontando que a medida foi tomada no quadro da refundação e modernização da empresa.

Aeroportos reabilitados é a meta a que a ENANA se propôs alcançar, com o processo de reestruturação em curso

(In)formalizando

Jovens encontram primeiro emprego neste negócio.



Miguel Jerónimo está nesta actividade há 6 anos.



Santos Samuessa ©VE

criação de associação está na forja

Moageiros do Catinton unidos querem gásóleo subvencionado

MOAGENS. Para solucionar problemas que afectam, moageiros, do Catinton, em Luanda, estão a preparar uma associação. Aqueles empreendedores do mercado informal querem que o combustível seja financiado pelo Estado.

Por António Miguel

Proprietários de pequenas moagens, instaladas no mercado do Catinton, no bairro Kassequel, em Luanda, pretendem criar uma associação para funcionar como

intermediária na resolução de interesses comuns junto das autoridades governamentais.

Segundo António Lino, proprietário da moagem número 40, são vários os problemas que afectam as moagens do Catinton. Um dos principais desejos daqueles empreendedores é que o Estado subvencione o combustível para aquela actividade. Uma outra situação que os apoquentam são os preços de peças sobressalentes. A reparação de um motor de moinho, por exemplo, custa entre os 20.000 e os 40.000 kwanzas, en-

MEMORIZE

- **As máquinas de moinhos** são fabricadas e adquiridas no arredores do mercado do Catinton. Os preços variam entre os 380.000 kwanzas e 1.700.000 kwanzas, dependendo da complexidade de cada máquina. Umas são mais simples que as outras. A produção é por encomenda.

quanto uma bateria está a volta de 40.000 kwanzas.

Por insuficiências de electricidade da rede pública, aqueles homens de negócios passaram a investir em motores a diesel, com energia autónoma. Noutros casos, recorrem a energia de geradores, o que encarece o desenvolvimento do negócio. Aí estão instaladas mais de 20 moagens e cada uma consome entre 15 a 20 litros de gásóleo por dia. Feitas as contas, por semana, gastam, só de combustível, entre 13.000 e 16.000 kwanzas, tendo em conta que li-

tro de gásóleo custa 130 kwanzas. Os donos dos moinhos têm ainda de pagar, entre cinco e dez mil kwanzas, de renda dos espaços em que estão instaladas as pequenas fábricas de transformação do milho e bombo. “Precisamos de ajuda, queremos que o Governo vele pela nossa área, porque estamos a tentar sobreviver. As peças sobressalentes estão muito caras. Não dá para parar, mas também não estamos conseguir avançar”, lamenta António Lino, acrescentando que a associação já estava minimamente formada, tendo o

“ Não podemos aumentar os preços, porque corremos o risco de perder os poucos clientes que ainda temos ”

300

Entre os 300 e os 500 kwanzas é o que se cobra pela moagem de 50 quilos de milho ou de bombó.

5

Mil a dez mil kwanzas é facturação diária dos moageiros da zona

processo paralisado, pelo facto de o ‘candidato natural’ à presidente da organização ter mudado de zona. “Agora estamos a criar mecanismos para dar continuidade do processo”.

Apesar de não registar baixas no fluxo de clientes, nos últimos dois anos, as moagens da Praça do Cantinton baixaram os preços, como consequência do aumento de número de unidades naquela circunscrição. Anteriormente, os que cobravam 700 kwanzas para moer 50 quilos de bombó, passaram a 500 kwanzas, enquanto os que praticavam o preço de 500 kwanzas para a mesma quantidade, agora cobram 300. Praticando estes preços, explicaram, a facturação dificilmente ultrapassa os cinco mil kwanzas/dia.

“Não podemos aumentar os preços, porque corremos o risco de perder os poucos que clientes temos. Há dias que fazemos três mil kwanzas e dias que fazemos cinco mil kwanzas. Os preços estão baixos, porque estão a surgir

muitas moagens. Estamos aqui só já para sobreviver, não temos onde ir”, queixa-se Manuel Magalhães, funcionário da “Moagem do Tio António”, desde 2005.

Quem ainda tem mais motivos para lamentar é Augusto Perame, que mal começou a ‘carreira de moageiro’ deparou-se com uma avaria no motor do seu moíno. Isso, consola-se o visado, é como uma viatura, que a qualquer momento pode ter avaria. Há menos de um mês na actividade, Augusto Perame tem a máquina paralisada há uma semana.

Já no mercado do Quilómetro 30, em Viana, as moagens não ‘sofrem’ dos mesmos problemas que as do Catinton. A facturação diária, por exemplo, atinge com alguma normalidade os dez mil kwanzas. Miguel Jerónimo, 27 anos, que trabalha aí desde 2010, conta que há dias que chega a fazer 15 mil kwanzas. Embora os custos de operação sejam ‘elevados’, o fluxo de clientes no Quilómetro 30 é superior ao do Catinton.



António Lino, dono da moagem número 40.



Varelo é um sub produto saído das moagens

PUB



INVISTA NO FUTURO COM QUEM SABE.

FUNDOS DE PENSÕES NOSSA

A NOSSA Seguros integra um dos maiores grupos financeiros Angolanos e conta com especialistas na gestão de fundos. Saiba mais sobre as nossas soluções de Fundos de Pensões e garanta a máxima protecção, segurança e satisfação dos seus colaboradores.



apostamos na rentabilidade

Saiba mais em www.nossaseguros.ao ou contacte-nos através do 930 924 448.



NOSSA
SEGUROS

DE JURE

LEI GERAL DO TRABALHO

Decreto que aprova multas por contravenções laborais já em vigor

NOVA LEGISLAÇÃO. Entre as contravenções tipificadas e sanções previstas, destacam-se a celebração de contratos de trabalho com estrangeiros não residentes.



Por Redação

O regime das multas tipifica as contravenções ao disposto na Lei Geral do Trabalho (LGT) e demais legislação complementar, que dizem respeito, entre outras, as componentes da relação jurídico-laboral como os direitos fundamentais dos trabalhadores, a constituição, conteúdo e modificação da relação jurídico-laboral.

Constam ainda, do rol dessas componentes, as condições da prestação do trabalho; a organização e duração temporal do trabalho, bem como a suspensão da prestação e remuneração do trabalho e ainda a extinção da relação jurídico-laboral.

O regime das multas “prevê as sanções aplicáveis a cada uma das contravenções, usando como bitola para a determinação do valor da multa

o salário médio praticado na empresa infractora”, indica uma breve análise, elaborada pelo escritório de advogados Angola Legal Circle, a que o VALOR teve acesso.

Entre as contravenções tipificadas e sanções previstas, destacam-se a celebração de contratos de trabalho com estrangeiros não residentes, em desrespeito pelos requisitos e formalidades aplicáveis nos termos do n.º 5 do artigo 15.º da LGT e demais legislação específica que constitui contravenção punível com multa de cinco a 10 vezes o salário médio mensal da empresa.

Constam ainda desse grupo a violação do disposto nos artigos 95.º (relativamente à duração do período normal de trabalho), 98.º (relativamente ao horário de trabalho por turnos), alínea d) do n.º 2 do artigo 104.º (relativamente à duração do trabalho em alternância), 111.º (duração do trabalho nocturno) e 115.º (duração do trabalho extraordinário), todos da LGT, que constituem contravenção punível, com multa de quatro a oito vezes o salário médio mensal praticado na empresa.

A extinção da relação jurídico-laboral, com fundamento que não se encontra previsto na LGT, constitui igualmente contravenção punível com multa de cinco a 10 vezes o salário médio mensal praticado na firma.

O artigo da Angola Legal Circle destaca, por outro lado, que, nos termos do Regime das Multas, a entidade competente para a sua aplicação é a Inspeção Geral do Trabalho, “que deverá graduar o montante das mesmas em função da gravidade da infracção e do grau de culpa do infractor”. A multa, no entanto, poderá ser elevada em caso de reincidência.

Estabelece ainda o Regime (das Multas) que, “Nos casos de dolo ou coacção, ou outros meios fraudulentos, a multa pode ser graduada até ao décuplo”.

O Regime das Multas vigora desde o passado Agosto e surge na base do disposto na Lei n.º 7/15, de 15 de Junho (que aprova a Lei Geral do Trabalho) e demais legislação complementar, e revoga expressamente o Decreto n.º 11/03, de 11 de Março.



Augusto Pombal,
inspector-geral do
Trabalho

DE JANEIRO A SETEMBRO

Inspeção do trabalho detecta cinco mil infracções

De Janeiro a Setembro de 2016, as empresas públicas e privadas, em Angola, registaram um total de 4.998 infracções que envolveram 53.840 trabalhadores, 3.181 dos quais estrangeiros, revelou, recentemente, em Luanda, o inspector-geral do Trabalho, Augusto Pombal.

Aquele responsável, que avançou os dados durante uma conferência de imprensa, realçou que das 4.998 infracções detectadas, foram multadas 356 empresas. Dentre os aspectos mais violados, encontram-se o registo nominal dos trabalhadores com 686 infracções, segurança social, com 626 infracções e a falta de segurança e saúde no trabalho, com 293.

Sobre as reais causas destas infracções, o inspector-geral do Trabalho, Augusto Pombal, adiantou que “o quadro tem que ver com o facto de muitas entidades empregadoras ainda não estarem completamente sensibilizadas de que devem acatar com o que está legislado no decreto presidencial 154/16, recentemente aprovado e que estabelece o regime jurídico das multas aplicáveis às contravenções decorrentes da nova Lei Geral do Trabalho.

A Inspeção Geral do Trabalho atendeu, em todo o país, 934 pedidos para a mediação de conflitos no local de trabalho, tendo resolvido 685 casos, 585 dos quais a favor dos trabalhadores. Os valores resultantes das indemnizações ascenderam a 52 milhões de kwanzas.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

BANCOS, GUERRAS E PETRÓLEO NAS ORIGENS DAS DEPRESSÕES ECONÓMICAS

As crises financeiras que abalaram a economia mundial

ECONOMIA. Crises económicas e financeiras não são 'fenómenos' recentes. Desde histórica queda da venda de tulipas na Holanda, considerada pelos historiadores, como primeira crise verdadeira mundial, mundo tem assistido a autênticos 'terramotos' económicos que, nalguns casos, são cíclicos, sobretudo no século XX. Na maior parte das origens das crises, estiveram.

Por Emídio Fernando

2008 CRISE FINANCEIRA

Para economistas e historiadores, 2008 aparece no topo como o 'annus horribilis'. Tudo começou nos EUA com a facilidade de conceder créditos para a compra de casas, com taxas de juro reduzidas e de alto risco, os chamados 'subprimes', que incluíam hipotecas bancárias e facilidades na obtenção de cartões de crédito. Um ano antes, havia famílias endividadas e casas a serem vendidas a preços mais reduzidos do que tinham sido compradas. Os bancos nos EUA ficaram sem liquidez, contraíram empréstimos na Europa, arrastando a crise de uma forma global.

2009 CRISE ZONA EURO

O endividamento de muitas das maiores empresas europeias e o endividamento público de alguns Estados europeus levaram à crise de 2009 que, de facto, já se fazia sentir desde 2000. A crise ficou conhecida como a da dívida pública europeia, que levou a admitir a 'falência técnica' de países como a Grécia e a serem tomadas medidas drásticas na Irlanda, Espanha, Portugal e Itália. A situação económica ainda foi agravada com a especulação imobiliária e os efeitos da crise de 2008. Novamente, os bancos estiveram no centro do 'furacão'. Há economistas que defendem que a Europa ainda não se curou da crise de 2009 e que ainda terá mais efeitos nos próximos anos.

1930 GRANDE DEPRESSÃO

É considerado o primeiro e o pior desastre económico do século XX, que atingiu gravemente sobretudo os países mais industrializados. De facto, a depressão económica começou em 1929 e só viria a terminar no final da II Guerra Mundial. O 'crash' na Bolsa de Nova Iorque, a 24 de Outubro, foi o 'tiro de partida' e a data ficou conhecida como a 'terça-feira negra'. A queda acentuada da indústria foi o principal 'motor' para a depressão que se assistiu, caracterizada por índices elevados de desemprego, queda no consumo e créditos mal parados. Foi o período mais longo de uma crise económica.

2007 CRISE ASIÁTICA

A origem está identificada na Tailândia. Depois de ter tido uma expansão rápida na década de 1980 e início da de 1990, o país asiático sentiu uma crise cambial. O crescimento anterior foi sustentado pelas poupanças domésticas, com a industrialização a ficar entregue nas mãos japonesas. A partir daqui, entraram fluxos de capital especulativo, o que levou à crise cambial, espalhando-se por todo o sudeste asiático.

1973 CRISE PETRÓLEO

Entrou na história como um dos mais embates económicos entre os países exportadores de petróleo do Médio Oriente e a 'coligação' EUA/Europa. Formada em 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) juntava a Arábia Saudita, Irão, Koweit, Iraque e Venezuela. Em 1973, entra uma segunda fase de resistência aos EUA, por causa do apoio dos-americanos a Israel na guerra de Yom Kippur. Os membros da OPEP aumentaram o preço do petróleo em 400%, chegando a atingir valores altíssimos, em toda a década de 1970. Foi o suficiente para 'abalar' toda a estrutura económica ocidental, obrigada a comprar combustíveis a custos mais elevados.

1772 CRISE DE CRÉDITO

Era ainda século XVIII e já as instituições financeiras surgiam fundamentais na vida económica, mas já eram as causadoras de profundas crises. Em 1772, teve origem na Escócia. O mais forte banqueiro, que tinha como cliente 'só' a poderosa Companhia das Índias Orientais, uma 'holding' com accionistas ingleses, franceses e holandeses, resolveu entrar em métodos especulativos. Vendia e comprava acções, usando o dinheiro dos clientes sem eles saberem. Obteve fortes lucros, mas, em 1772, teve prejuízos. O banco faliu, arrastou os clientes e provocou a primeira grande desconfiança no sector bancário.

1998 CRISE RUSSA

Altas taxas de endividamento externo, baixa produtividade, desemprego com números astronómicos, baixos índices de crescimento económico, inflação elevada e uma desvalorização acelerada do rublo explicam a crise económica na Rússia que teve o seu auge em 1998. As explicações dos economistas apontam para uma transição muito rápida de uma economia planificada para uma liberal. Além disso, o país ressentiu-se das quedas dos preços do gás e do petróleo e da concorrência dos produtos agrícolas.



Demografia e desenvolvimento



Mahmoud Mohieldin

A

lcançar o ambicioso objectivo, um Desenvolvimento Sustentável, que visa acabar com a pobreza, aumentar a prosperidade e promover a sustentabilidade, até 2030, exige a superação de alguns obstáculos importantes, que vão desde a obtenção de financiamento suficiente para a gestão dos choques macroeconómicos até às mudanças climáticas. Mas há um obstáculo potencial que poderá ser uma bênção disfarçada: a diversidade das mudanças demográficas dos próximos anos.

Até a Agenda do Desenvolvimento Sustentável alcançar a sua data final, haverá um número estimado de 8,5 mil milhões de pessoas em todo o mundo. Vinte anos mais tarde - apenas 34 anos a partir de agora - haverá cerca de dez mil milhões, ou seja, mais 1,5 mil milhões dos actuais habitantes da Terra. Como será o mundo? Onde essas pessoas vão viver? Como vão fazer a sua vida? Será que vão reforçar ou pesar nas economias nacionais?

Há 35 anos, no início de 1980, o presidente dos EUA, Ronald Reagan, o líder chinês, Deng Xiaoping, a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, e os presidentes francês, François Mitterrand, e o soviético, Mikhail Gorbachev, dominavam as manchetes do mundo. As vendas de computadores pessoais eram diminutas. As crianças competiam com cubos de Rubik, ao invés do Pokémon.

Na altura, a população mundial era de cerca de 4,5 mil milhões, 42% dos quais - quase dois mil milhões - vivia em extrema pobreza. O crescimento excessivo da população, temia-se, poderia ultrapassar a produção agrícola e criar ainda mais pobreza.

No entanto, as previsões malthusianas estavam erradas. Embora a população mundial tenha subido para 7,5 mil milhões, apenas cerca de 750 milhões de pessoas - 10% do total da população - vivem hoje na extrema pobreza.

A China e a Índia, em particular, tiraram centenas de milhões de pes-



soas da pobreza nas últimas décadas, aumentando os rendimentos dos seus habitantes e melhorando a sua saúde. Conseguiram isso em parte pelo fortalecimento das instituições e por prosseguirem políticas que apoiaram um crescimento forte, relativamente inclusivo. A China também aproveitou o seu 'dividendo demográfico': as taxas de fertilidade caíram e a força de trabalho cresceu mais rápido do que a população dependente, libertando recursos para investir em pessoas e no capital. Isso criou padrões mais elevados de crescimento e de vida.

Tal dividendo pode ocorrer em décadas. Na China, está prestes a ser concluído. Na Índia, e noutros países em desenvolvimento, no entanto, o dividendo demográfico começa apenas a ser sentido agora. Na verdade, 90% da totalidade da pobreza mundial está concentrada nos países com crescentes populações em idade activa, criando uma oportunidade importante para a rápida redução da pobreza nas próximas décadas.

Por exemplo, na África Subsaariana, que está actualmente atormentada com altos níveis de pobreza extrema, crianças com menos de 15 anos de idade representam 43% da população total. Quando estas crianças tiverem idade suficiente para integrar a força de trabalho, a proporção

de renda por conta de outrem na economia poderá ser substancialmente aumentada, aumentando o rendimento médio 'per capita'.

Mas nem todos os países beneficiam de um 'aumento de jovens'. Entre hoje até 2030, vários países de renda média vão experimentar um declínio proporcional da população em idade activa. Entre outras coisas, isso reflecte a tendência, apoiada por uma evidência empírica, de que os rendimentos mais elevados impulsionam as famílias a adiar ter filhos. Mesmo aqui, no entanto, a notícia demográfica não é de todo má - e não apenas porque a maior mudança para diminuir a fertilidade geralmente se correlaciona com uma maior expectativa de vida.

A história sugere que há um segundo tipo de dividendo demográfico - que realmente é mais durável do que o primeiro - que emerge quando as poupanças acumuladas do envelhecimento da população produzem um aumento no investimento. Muitos países ricos têm seguido este caminho.

Mas colher um dividendo demográfico dá trabalho. Como enfatiza o Relatório de Monitoramento Global do Grupo do Banco Mundial, de 2015/2016, as respostas políticas fazem toda a diferença na forma como as tendências demográficas afectam o bem-estar da população. Com uma

abordagem errada, uma população jovem crescente pode ser desestabilizadora e um rápido envelhecimento da população pode tornar-se um fardo para o crescimento económico e para os orçamentos públicos.

Para os países com uma crescente população em idade activa, o principal desafio é gerar um grande número de empregos produtivos. Para aqueles com o envelhecimento da população, é melhorar a produtividade e adaptar os sistemas de bem-estar social. Em ambos os casos, o investimento em capital humano num ambiente favorável para as empresas e aumento do emprego são essenciais.

Além disso, os países devem tirar partido das suas diferentes situações demográficas com políticas adequadas em relação aos fluxos transfronteiriços de capitais, à migração e ao comércio. Mais capital deve fluir para países com populações mais jovens - com as suas crescentes bases de produção e mercados de consumo - para apoiar o crescimento do investimento e do emprego; e mais trabalho deve fluir para os países com população envelhecida para preencher as lacunas no mercado de trabalho. Os países precisam melhorar a eficácia e a credibilidade das suas instituições civis e governamentais. Atenuar incertezas, a fim de evitar instabilidades, é também essencial.

Os últimos 35 anos provam que uma população maior não tem de ser necessariamente mais pobre. No entanto, a crescente concentração da pobreza em países frágeis e afectados por conflitos agrava o desafio da redução da pobreza nas próximas décadas. Mas isso não deve ser desculpa para não se garantir um progresso contínuo. Temos recursos e conhecimentos para alcançar uma muito maior prosperidade, equidade e sustentabilidade. O verdadeiro desafio será usá-los de forma eficaz.

Vice-presidente do Grupo do Banco Mundial para a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2030 e ex-ministro do investimento do Egipto.

As respostas políticas fazem toda a diferença na forma como as tendências demográficas afectam o bem-estar da população. Com uma abordagem errada, uma população jovem crescente pode ser desestabilizadora e um rápido envelhecimento da população pode tornar-se um fardo para o crescimento económico e para os orçamentos públicos.

Internacional

O 'FURACÃO' CANDIDATO REPUBLICANO COM EFEITOS FORA DA POLÍTICA

Trump com negócios e sondagens a derraparem

ELEIÇÕES. É já para a semana que os EUA vão conhecer o sucessor de Barack Obama. A luta parece cada vez menos renhida, sobretudo numa altura em que Donald Trump perde terreno, até nos negócios. Mesmo que o candidato republicano misture a campanha com o 'marketing' das suas empresas.

A perder nas sondagens, o candidato republicano às eleições presidenciais nos EUA, Donald Trump, resolveu aliar as acções de campanha com iniciativas publicitárias das suas empresas. Foi assim que inaugurou os hotéis em Washington e na Flórida, da cadeia Trump International Hotel. Mas dados estatísticos têm contado que, nos últimos meses, as unidades de hotelaria, incluindo os campos de golfe, têm perdido vertiginosamente clientes.

Para enfrentar a 'crise', a revista New York Magazine garante que no hotel de luxo de 263 quartos em Washington, os preços dos quartos têm sido gradualmente reduzidos para menos de 500 dólares, quando a tarifa precisa de ser de pelo menos 750 dólares para que o hotel seja rentável. Todos os hotéis à volta, refere a mesma publicação, estão esgotados com semanas de antecedência.

De acordo com dados recolhidos pela Bloomberg, vários empreendimentos Trump perderam no último ano 14% dos seus clientes. Uma sondagem da BAV Consulting mostrava, ainda em Janeiro, que o valor da marca Trump estava a "colapsar" aos olhos das pessoas com rendimentos anuais superiores a 100 mil dólares. Um Maio, um outro estudo de opinião feito pela Skift, mostrava que 57% dos entrevistados se sentiam menos propensos a ficar num dos hotéis do republicano por causa da campanha, especialmente mulheres e os que habitam tradicionalmente mais democratas.

Em Agosto, o site Foursquare concluiu que a afluência nos hotéis,



Donald Trump em queda.

casinos e campos de golfe do candidato republicano tinha diminuído em cerca de 20% desde o início da campanha, em Junho de 2015. Especialmente nos Estados democratas e entre as mulheres desses Estados.

Ainda em Agosto, dados divulgados pelo site de viagens Hipmunk mostravam que as reservas nos hotéis Trump tinham caído 59% no primeiro semestre deste ano quando comparado com o mesmo período de 2015.

Já este mês, a empresa de estu-

dos de mercado Morning Consult fez uma pesquisa nacional e concluiu que quatro em cada dez eleitores norte-americanos disse que a campanha de Trump tornava "menos provável" comprarem bens da sua marca. Apenas 17% disseram ser "mais provável". De referir também que 46% garantiu que não ficaria num hotel Trump e 63% afirmou que não frequentaria um campo de golfe do republicano.

Mas não são só os clientes que viram costas a Donald Trump.

Antes de entrar em funcionamento, o Trump International Hotel já tinha sofrido um revés, quando os famosos 'chefs' José Andrés e Geoffrey Zakarian abandonaram o projecto por causa dos comentários racistas contra os imigrantes mexicanos feitos por Donald Trump em Julho.

A família Trump viu uma sucessão de conhecidos chefs a recusarem dar o seu nome ao restaurante do hotel. O negócio acabou por ser entregue à cadeia BLT, uma solução longe do prestígio que daria um chef.

Pelo meio, realizaram-se vários protestos contra Trump à porta do hotel e, já este mês, a fachada do edifício foi vandalizada com 'graffitis'.

Apesar destes dados, um dos filhos do empresário, Eric Trump, deu uma entrevista à cadeia de televisão Fox News, garantindo que "a marca está mais apelativa do que nunca" e que o grupo está a "construir hotéis em todo o país, em todo o mundo e a fazer coisas boas".

PREJUÍZOS LÁ FORA

As campanhas de publicidade/política de Trump não se limitam aos EUA. Em Julho, inaugurou na Escócia um resort de golfe. Mas o negócio não está correr bem.

O jornal The Guardian, baseado nas contas da empresa, garante que o candidato perdeu cerca de 33 milhões de dólares, depois de ter investido quase 130 milhões em Aberdeen e Turnberry.

Também a marca de roupa de Ivanka, a filha mais velha de Trump, tem sido alvo de um boicote online e uma sondagem garante que seis em cada dez mulheres responderam que não comprariam.

Segundo a Forbes, Donald Trump terá uma fortuna a rondar os 3,7 mil milhões de dólares. No entanto, ciente do quanto a campanha está a ser prejudicial para os negócios, Trump já anunciou que a sua próxima marca hoteleira se chamará 'Scion'. É uma estratégia inédita para o homem que baptizou todos os seus empreendimentos com o seu nome.



ZIMBABUÉ

Compras em yuan

A partir de 1 de Janeiro, a moeda chinesa, o yuan, vai competir com o dólar dos EUA, o rand da África do Sul e o pula do Botswana nos mercados dos Zimbábue. Com uma galopante desvalorização da moeda nacional, desde 2009, as trocas comerciais são feitas com dinheiro estrangeiro, em que o dólar tem dominado.

A hiper-inflação sentida pelo país desde 2009 levou a uma grave crise económica a que o governo, liderado pelo presidente Robert Mugabe, tentou acalmar com a impressão de mais dinheiro. O resultado foi uma hiperinflação de muitos zeros, de acordo com as contas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2009, o valor nominal da última ruptura do dólar zimbabueano atingiu um nível surreal: 100.000 mil milhões!

O Zimbabué tem recebido apoio da China, mas Bejing impõe que a sua moeda seja usada no dia-a-dia. A China, como maior parceiro comercial do país, concordou em cancelar uma dívida de 40 milhões de dólares e prometeu mais um empréstimo de mais mil milhões de dólares, com taxas mais baixas.

Foram também assinados vários acordos, principalmente destinados a reconstruir infra-estruturas.

A UNIÃO EUROPEIA e o Canadá chegaram a um acordo que pretende eliminar 98% das tarifas comerciais entre a Europa e o Canadá. O acordo foi acertado, mas ainda falta escolher a data para a assinatura do entendimento.



BARACK OBAMA comutou a pena de prisão de 98 detidos, com condenações por tráfico de droga, atingindo o maior número concedido por um presidente num ano, 688. Destes, 48 tinham sido condenados à prisão perpétua.



Líder chinês reforça poder



CHINA

Líder 'anti-corrupção'

O Partido Comunista da China (PCC) declarou o secretário-geral, Xi Jinping, líder "central" da organização, confirmando-o como o mais forte presidente do país nas duas últimas décadas. A liderança apela a todos os membros do partido para que "se mantenham fortemente unidos em torno do Comité Central do PCC com o camarada Xi Jinping no centro".

O anúncio surge após uma reunião entre 400 altos quadros do PCC, que durou quatro dias e abordou as "regras da disciplina interna".

Desde que ascendeu ao poder em 2012, Xi Jinping conseguiu acumular mais poder do que todos os presidentes chineses desde Mao Zedong, o fundador da China comunista.

Em Dezembro, os líderes locais adoptaram a referência a Xi como

"líder central", mas deixou de ser usada pouco depois, sugerindo que o presidente chinês encontrou resistências na consolidação do poder.

A constituição chinesa define um limite de dois mandatos de cinco anos para o presidente, mas não estabelece limites para secretário-geral do PCC, o cargo mais importante na China.

Após ascender ao poder, Xi lançou uma campanha anticorrupção, considerada a mais persistente e ampla na história da China comunista e que resultou na punição de um milhão de membros do partido.

Os alvos incluíram oficiais menores, a que Xi se refere como "moscas", mas também mais de uma centena de "tigres" – altos quadros do partido, com a categoria de vice-ministro ou superior.

Os dois casos mais mediáticos envolveram a prisão do antigo chefe da Segurança e do ex-director do Comité Central do PCC e adjunto do antigo presidente Hu Jintao.

FMI IMPÕE A MOÇAMBIQUE

Dívida em auditoria

A Procuradoria-Geral da República de Moçambique vai lançar em breve um concurso para a contratação de um auditor internacional independente à dívida pública do país.

O anúncio foi feito primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, e justificado com um acordo que o governo moçambicano assinou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), durante a recente visita do Presidente da República, Filipe Nyusi, aos EUA.

Ainda no reforço da transparência das contas públicas, Carlos do Rosário garantiu que o governo tem prestado esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia às dívidas contraídas pelas empresas Ematum, ProIndicos e MAM.

As três empresas beneficiaram de empréstimos de mais de dois mil milhões e meio de dólares avalizados secretamente pelo governo. A dívida escondida motivou que o país ficasse sem apoios internacionais.

Mais de 2,5 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária em Moçambique, revelou o enviado especial da ONU para as Mudanças Climáticas, Macharia Kamau, que apelou à comunidade internacional para se unir no apoio ao país.

A comunidade internacional só disponibilizou metade de um pacote de ajuda de 200 milhões de dólares com que se comprometeu no início do ano para o apoio às vítimas das calamidades naturais. O responsável das ONU exortou às lideranças do país a respeitar os direitos humanos das vítimas das calamidades naturais, independentemente das circunstâncias difíceis em que o país se encontra.



Chefe do governo moçambicano espera pelo FMI.



COM MAIS TROPAS RDC reforçada

Os chefes de Estado da Região dos Grandes Lagos apelaram aos países membros para que contribuam com mais tropas para a força de intervenção da missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (RDC)

O pedido consta no comunicado final da VII reunião de Alto Nível do Mecanismo Regional de Supervisão do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos, que se realizou em Luanda.

O documento, com várias recomendações, exorta os chefes de Estado-Maior a realizarem visitas às áreas afectadas no leste da RDC e desafia a desenvolverem e fortalecerem as acções contra os grupos armados.

Investir na Guiné tem um guia



Foto By : Danilo

GUINÉ-BISSAU PROCURA INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Guia do empresário lançado

Um empresário que queira apostar na Guiné-Bissau tem a partir desta semana um guia de investimento para ter as primeiras noções sobre os incentivos ao investimento, a lei cambial guineense e o sistema aduaneiro.

É o primeiro guia editado pela

Câmara do Comércio e Indústria Portugal Guiné-Bissau (CCIPGB). A ideia é compilar toda a informação e desde o regime fiscal, às condições financeiras e o ambiente económico.

O guia recebeu a colaboração das consultoras B-Ten e Grant Thornton e do escritório de advogados PLMJ e Associados, e foi apresentado em Lisboa. O presidente da CCIPGB, Jorge Sousa, explicou que se trata de "um guia", não de "um compên-

dio ou uma enciclopédia".

O guia faz um enquadramento sobre o ambiente de negócios, a estrutura produtiva e o comércio internacional na Guiné-Bissau, nomeadamente sobre o facto de o país africano integrar os espaços económicos da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano). Lista os incentivos

ao investimento disponíveis, explica as leis cambiais e de propriedade intelectual bem como o sistema contabilístico, fiscal e aduaneiro. Também aborda a questão da resolução de conflitos no quadro do investimento estrangeiro na Guiné-Bissau.

O guia também inclui informação estatística, explicações sobre os sectores mais importantes do país e uma lista de contactos relevantes para um empresário.

Ambiente

GÁS EFEITO-ESTUFA CONTA COM UM ACORDO INTERNACIONAL

Mundo combate subida das temperaturas

CLIMA. Por causa da preocupante subida da temperatura, quase todo o mundo concorda em reduzir gases de efeito-estufa. Produtos usados no ar condicionado e nas geleiras podem ter dias contados.



Projeções indicam que o uso de HFC poderá disparar nas próximas décadas.

Por Redacção

Cerca de 200 países fecharam, em Kigali (Ruanda), um acordo internacional para reduzir o uso de hidrofluorcarbonetos (HFC), um potente gás de efeito estufa, muito utilizado na refrigeração.

Os HFC começaram a ser emitidos nos anos 1990 em substituição dos gases que danificavam a camada de ozono. O acordo visa reduzir o emprego do hidrofluorcarbonetos entre 80% e 85% até meados do século.

O Protocolo de Montreal, um tratado de 1987 elaborado para evitar a deterioração da camada de ozono, é um dos exemplos de pactos internacionais sobre o ambiente que teve sucesso nas últimas décadas. Esse acordo, que entrou em vigor em 1989, fez com que se conseguisse reduzir a destruição da camada de ozono graças à erradicação dos clorofluorcarbonetos (CFC) para a

refrigeração. Mas a alternativa que a indústria de ar condicionado e refrigeradores encontrou, os hidrofluorcarbonetos, é um potente gás de efeito estufa: impede que a terra se esfrie e, portanto, contribui para o aquecimento global.

Os hidrofluorcarbonetos formam parte dos chamados contaminantes climáticos de vida curta. Permanecem na atmosfera por entre cinco e dez anos e os especialistas acreditam que a sua erradicação terá efeitos imediatos para reduzir o aquecimento global. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o acordo vai evitar um aumento global da temperatura até ao final do século de até 0,5 graus centígrados.

As projeções indicam que o uso de HFC poderá disparar nas próximas décadas (já aumenta a um ritmo de 10% ao ano) se não for travado.

O acordo inclui um calendário de redução de uso desses hidrofluorcarbonetos, que começará a ser aplicado em 2019 para países desenvolvidos e concluirá para todos em meados do século.

Segundo a Fundação Europeia do

MEMORIZE

● Os hidrofluorcarbonetos foram criados como alternativa aos clorofluorcarbonetos (CFC), são gases de refrigeração contendo hidrogénio, flúor e carbono. Por não conterem cloro como os clorofluorcarbonetos, não são destrutivos para a camada de ozono da atmosfera, pois o flúor em si não é prejudicial ao ozono. Apenas componentes, contendo cloro e bromo, são prejudiciais à camada de ozono.

Os hidrofluorcarbonetos são climaticamente muito activos e extremamente persistentes no ambiente, sendo gases de efeito estufa muito potentes. O HFC-134, também conhecido como R-134, por exemplo, é usado nos aparelhos de ar-condicionado de automóveis, é 1.430 vezes mais activo do que o CO₂ (dióxido de carbono).

Clima, a aplicação da emenda equivale, para os efeitos do aquecimento global, ao encerramento de metade da produção de energia com carbono da China ou a retirar 500 milhões de carros das ruas do mundo

CO₂ MAIS ACTIVO QUENUNCA

Pela primeira vez, o nosso planeta, desde a existência humana, superou a cifra de 400 partes por milhão (ppm) de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás do efeito-estufa. É o gás que mais contribui para o aquecimento global, que tem conduzido a uma mudança climática cada vez mais irreversível. Uma vez libertado, a sua concentração leva milénios para diminuir.

Em Maio de 2013, a agência norte-americana NOAA (Administração Oceânica e Atmosférica Nacional) captava no vulcão havaiano de Mauna Loa uma concentração de 400 ppm de CO₂ no ar. No início da Revolução Industrial, havia 278 ppm – uma concentração que representava um equilíbrio natural entre a atmosfera, os oceanos e a biosfera. Mas a crescente queima de combustíveis fósseis (primeiro o carvão, depois o petró-

leo) alterou o equilíbrio.

O registo de 2013, no entanto, foi pontual, localizado e temporário. A cifra baixou nos meses seguintes. Mas, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), em 2015, a marca das 400 ppm foi generalizada, global e sem a influência das mudanças estacionais sobre os níveis de CO₂.

O secretário-geral da OMM, Petteri Taalas, reconhece que será difícil cumprir o objectivo de que a temperatura não suba mais de dois graus até ao final do século) com uma concentração de CO₂ muito elevada, já que permanece na atmosfera, sobretudo nos oceanos. “Se não contivermos as emissões do gás, não poderemos lutar contra a mudança climática nem manter o aumento da temperatura abaixo dos dois graus em relação à era pré-industrial”, explica o cientista.

Durante a última década, a quantidade de CO₂ na atmosfera manteve-se próxima das 400 ppm, mas sem os superar. Para os climatologistas da NOAA, a gota d'água foi o fenómeno climático ‘El Niño’ (alterações significativas de curta duração, 15 a 18 meses).

Educação & Tecnologia

INVESTIGAÇÃO

Bateria na roupa

Dois investigadores, um da China e outro dos EUA, estão a desenvolver um tecido que deverá carregar a bateria de um telemóvel de todo o tipo de dispositivos electrónicos sem ser preciso recorrer a uma tomada. O tecido poderá ser usado em peças de roupa, de calças a vestidos.

O protótipo já foi testado, revela o jornal 'El País'. O sistema é simples: um dispositivo incorporado num tecido alimenta uma bateria auto recarregável, em que se utiliza a energia solar. Pode também aproveitar energia produzida pelos movimentos humanos, que depois é armazenada para fazer com que os dispositivos móveis funcionem. As explicações foram dadas pelo investigador Zhong Lin Wang, do Instituto Tecnológico da Geórgia, nos EUA, e do Centro Nacional da Nanociência e Tecnologia de Pequim, ao jornal espanhol.

O tecido é constituído por duas camadas, uma exterior que actua como um painel solar graças a uma tinta sensível à luz e outra interna que consegue armazenar a energia recolhida. Os criadores dizem que a electricidade gerada pode também alimentar luzes LED, relógios digitais ou aparelhos para medir a temperatura do corpo, a tensão arterial ou ainda ajudar noutros aspectos ligados à saúde.

O desenvolvimento do tecido ainda se encontra numa fase inicial, mas os investigadores acreditam que será um produto barato e fácil de fabricar a uma grande escala.



Vencedores do 'Prémio Estudante Nova Gazeta' do ano passado.

Mário Mujetes © VE

PELO QUARTO ANO CONSECUTIVO

Nova Gazeta premeia estudantes

ENSINO SUPERIOR. Desde 2013 que semanário Nova Gazeta distingue estudantes universitários, atribuindo-lhes bolsas, estágios e empregos, através de parcerias com empresas. Na quinta-feira, 'NG' organiza 4.ª edição de uma iniciativa que promove "mérito e excelência académicos".

Por Onélio Santiago



O jornal Nova Gazeta realiza na quinta-feira, em Luanda, a 4.ª edição do Prémio Estudante Nova Gazeta (PENG).

A gala de entrega de prémios, a decorrer no Centro de Convenções de Talatona, vai distinguir 11 estudantes, entre mais de 100 candidatos vindos de 16 universidades (públicas e privadas) e quatro institutos superiores públicos. Os vencedores obtêm uma bolsa de 110 mil kwanzas mensais durante um ano, perfazendo o valor global de um milhão e 100 mil kwanzas. A instituição também oferece estágios e empregos cujos beneficiários não precisam necessariamente de vencer o concurso. Basta

que estejam entre os nomeados e que, entre as empresas parceiras do Nova Gazeta, haja alguma que preste serviços na área de formação do candidato.

No total, sem contar com a edição deste ano, o PENG já atribuiu 33 bolsas a igual número de estudantes, além de conceder dezenas de estágios e empregos.

Com excepção de 'Estudante Exemplo', em que se premeia quem não desiste dos estudos mesmo com dificuldades física e/ou sociais, nas restantes dez categorias, o PENG distingue os estudantes com as melhores médias anuais nas áreas de Engenharias, Ciências Exactas, Medicina, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ambientais, Ciências Económicas e Gestão, Ciências Jurídicas e Políticas, Ciências Sociais e Humanas, Ciências da Educação e Letras. Baseando-se no critério das notas, o PENG também galardoa (sem distinção de curso)

MEMORIZE

● A entrega dos prémios será feita numa gala, que irá decorrer no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, na próxima quinta-feira, 3 de Novembro. A gala será transmitida, no domingo, pelo canal 1 da TPA.

110

Mil kwanzas, valor mensal do PENG, pagos em 11 meses.

o estudante que termina a universidade com as melhores médias, daí a categoria chamar-se 'Finalista do Ano'.

REGRAS DO PENG

A única categoria do PENG que admite candidaturas individuais é a de 'Estudante Exemplo'. Para serem admitidos, os estudantes enviam uma carta, contando a sua história e justificando por que razão se consideram especiais. Uma comissão criada pelo Nova Gazeta visita (de surpresa) os estudantes, confrontando a realidade com os factos descritos na carta. Para as outras dez categorias, as candidaturas chegam ao jornal através das instituições de ensino superior, que devem enviar a lista com os estudantes com as melhores médias anuais, além de outras informações. Com estes dados, o jornal confronta as notas dos candidatos de todas as instituições participantes, vencendo o concorrente com a melhor média. Em caso de empate, levam-se em conta outros critérios, como a assiduidade, o percurso académico do estudante, etc.

Não podem concorrer ao PENG estudantes de escolas superiores e/ou de institutos superiores privados.

Marcas & Estilos

Sinta-se confortável

O sofá da Giorgio Soressi, dos anos 1980, faz parte da colecção elegante e extremamente bem fabricado em Itália, com estruturas de aço sólidas e pernas em alumínio fundido, que contrastam com o peso e estabilidade das almofadas que o 'convidam' a "sentar-se aqui!".

Duplamente Versátil

Esta é uma das mochilas 'rolltop' mais procuradas do momento. Consegue carregar, entre outros objectos, o seu laptop. As tiras duplas alinham os pontos de alça de ombro, mantendo a parte superior plana.

Couro robusto

As botas de camurça preta e couro 'Outliner' da Nicholas Kirkwood são caracterizadas por um fecho frontal, tom de ouro, e proporcionam ao dedo o formato de uma amêndoa e um salto, para senhoras exigentes, extremamente robusto.

Luxos italianos

É difícil não optar por um toque de requinte improvisado com este revestimento abstracto axadrezado em linho. Luxuosamente trabalhada em Itália, a silhueta 'slim fit' é acentuada com uma lapela de pico e apresenta um fio embutido no colarinho.

Glamouroso a 100%

O 'glamour' e o conforto são obtidos de forma chique, subtil e sem grande esforço quando, sobre o corpo, 'senta' este belíssimo vestido da Breezy - 100% algodão -, inspirado no velho mundo, mas pensando no estilo de vida e nos romances.

Intemporal

Obtenha o melhor 'tiro' com a Canon EOS-1D numa imagem de 16 megapixéis, processadores dual DIGIC-4 e um sistema AF de 45 pontos completamente redesenhado. Os vídeos podem ser gravados para uma melhor compatibilidade com sistemas de edição e resistente às intempéries.

TURISMO

Djerba, única e possível

Esta é uma sugestão para quem gosta realmente de férias sossegadas em locais muito próximos do paraíso. Eis Djerba, um cidade balnear, enfiada num país, a Tunísia, que atravessa problemas sociais e políticos e que tem visto os estrangeiros a fugir a 'sete pés'. Mas sem razão: a capital é sim um sítio mais complicado. Toda a faixa costeira continua a ser apetecível e muito mais a ilha de Djerba. Tem pouco mais de 42 mil habitantes, uma riqueza arquitectónica herdada da mistura muçulmana árabe com os católicos espanhóis. Divide-se entre as dunas muito brancas, o mar azul e as ruínas ainda do tempo romano. Apesar de ser uma ilha, tem uma ligação ao continente por uma ponte, o que proporciona belíssimos passeios pela Tunísia, com paragens 'obrigatórias' pelos hotéis, cujos alojamentos estão hoje a preços mais convidativos.



AUTOMÓVEL

Mais do que um SUV

A Chevrolet já está a anunciar o novo modelo, LTZ, que será o 'cartão-de-visita' da marca em 2017. Dizem os entendidos que é mais qualquer coisa do que um SUV. Uma versão mais elevada, com porte superior. Quem o testou receia apenas pela segurança em estrada e o pouco conforto, mas valoriza a robustez, força de tracção e até

o silêncio do motor. A versão 1.8, a mais cara do LTZ, surge com rodas grandes, largueza do interior e com 25 espaços, de diferentes tamanhos, para transportar objectos e o baixo consumo em estrada, apesar da dimensão. À saída da fábrica, custa pouco mais de 35 mil dólares, mas sem os habituais custos, como transporte e impostos.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 18 DE NOVEMBRO

Isabel Baptista expõe 'Diferenças Iguais' no Centro Cultural Português. Às 18h30.

ATÉ 1 DE NOVEMBRO

Permanece a exposição 'Dentes de leite' do artista plástico Cândido Pascoal na galeria Tamar Golan, na Baixa de Luanda.

DE 3 A 30 DE NOVEMBRO

Em alusão aos 41 anos da Independência Nacional, a Casa da Cultura Njinga Mbande realiza a 1.ª feira de Cultura e Arte.

4 E 5 DE NOVEMBRO

Patrícia Faria actua no 'Show do Mês', no Royal Plaza Hotel, em Talatona, pelas 21 horas.

25 DE NOVEMBRO

Show de 40 anos de carreira de Eduardo Paim, com Fernando Keitá, Nandinho Carvalho, Jacinto Tchipa, Ricardo Abreu entre outros, no Centro de Conferência de Belas.

“Precisa-se de um trabalho conjunto com o Ministério da Cultura. Os órgãos de informação têm de passar mais as músicas, promover festivais com esse estilo.”

SANDRA CORDEIRO, CANTORA E COMPOSITORA

“Faltam escolas de música”



MÚSICA. Sandra Cordeiro é das vozes angolanas mais conhecidas do ‘worldmusic’, Até já foi considerada uma das melhores vozes de África, num festival de jazz. Tem dois álbuns e prepara terceiro. Acredita que falta de bons instrumentistas está na ausência de escolas e conservatórios de música.

Por Amélia Santos

O que tem feito?

Estou em estúdio a preparar algumas músicas promocionais e um ‘vídeoclip’. Com a crise, o trabalho físico é muito difícil. Vou deixar para o próximo ano o lançamento do álbum. Fiquei praticamente um ano parada, por causa do casamento e da maternidade.

Gosta de compor, também dá composições para outros interpretarem?

O Gabriel Tchiema já pediu para cantar uma composição minha, porque gosta como componho. Mas ainda não aconteceu. Será uma honra ouvi-lo cantar. Componho, sobretudo

quando na presença de artistas que dão ideia de harmonia. Gostava de compor mais. Uns dos instrumentos que toco é o piano. As coisas fluem com naturalidade.

O que prefere interpretar?

Depende do local. Canto de tudo, desde o clássico, o semba e a kizomba. Em locais fechados, adopto estilos mais clássicos da música angolana como o ‘Mbiri-mbiri’, ‘Muxima’, entre outros. Nos locais mais agitados, procuro estilos mexidos ou versões de músicas calmas em mexidas.

Pretende ficar só pelo clássico?

Não quero ficar só no ‘worldmusic’, quero também estar com públicos diferentes, com novas sonoridades

e ritmos e claro que sempre terei as composições mais clássicas. É como tudo, depende do estado de espírito.

Não aparece em grandes shows, porquê?

Não sei explicar. Não depende de mim. Tem que ver com os promotores e de quem faz os convites. Se calhar, também é o estilo que faço. As pessoas não vão ficar aí de pé para ouvir este estilo, gostam de dançar e animar o espírito.

O que tem de ser feito?

Precisa-se de um trabalho conjunto com o Ministério da Cultura. Os órgãos de informação têm de passar mais as músicas, promover festivais com esse estilo.

Em Angola, há bons representantes do afro-jazz?

Já há muita gente a fazer boa música. Mas os que conheço não têm oportunidade nem a dimensão de popularidade que têm os outros. Para esse estilo não há muitos patrocínios.

Já foi eleita uma das melhores vozes africanas. Que portas se abrem?

Foi bom saber que sou ouvida fora

PERFIL

Nome: Sandra da Silva Cordeiro Silva
Nascimento: 23 de Abril de 1983
Estado civil: Casada
Naturalidade: Luanda
Referencias musicais: Filipe Mukenga, Totó, Paulo Flores, CelineDion, Bobby Macferrim e muitos mais
Álbuns: ‘Tata Nzambi e Luandense’

de Angola e fazer parte das melhores vozes de África pela Prix Decouverte RFI da Rádio Francesa, que destaca as 10 melhores vozes de África. A partir daí, fui convidada ao 4.º melhor festival de jazz do mundo, que se realizou, na Cidade do Cabo, na África do Sul.

Há vozes angolanas que mereçam o mesmo destaque?

Há: Jack Nkanga, Totó, Toty Samed, Selda, Gari Sinedima e muitos outros.

Não há bons instrumentistas?

Há instrumentistas bons, mas são poucos os que são respeitados. Muitas vezes queremos fazer concertos ao vivo, mas estão sempre ocupados,

e isso tem dificultado imenso o trabalho. Isso porque não há escolas e conservatórios de música. Muitas vezes, temos pessoas com vontade de se tornarem profissionais e surge a questão: onde se vai fazer a formação? Não há onde nem como começar. Existe ainda um monopólio de instrumentistas. Precisam-se de mais.

Será esse o motivo da troca de estilos de muitas artistas?

Também! Muitos trocam porque é o ‘ganha-pão’. Mas depende muito dos objectivos de cada um. Há músicos cujo objectivo é cantar em salas de bar e continuar em sítios mais restritos.

É o seu caso?

Não! A arte depende do estado de espírito. Tenho dois álbuns clássicos, mas quero mudar um pouco, com novas sonoridades.

Dá para viver só da música?

Vivo com dignidade só da música. É possível viver, mas depende do que se pretende alcançar. Se for para comprar ou ter uma vida de luxo, não dá. Mas se for para uma vida digna dá.

Como está a música clássica em Angola?

Está boa, porque temos bons artistas que fazem bar e muito bem, como a Lípsia, Toty Samed entre outros.

É um estilo a seguir?

Com certeza. Lembro-me que comecei com Afrikkanita e a Selda confessou que se inspirava em nós e sinto-me uma impulsionadora dos que surgiram.

Aceita qualquer convite?

Já não, depende muito do palco, porque há locais em que já não dá para ir, por causa do prestígio.

É muito caro ter a Sandra num evento?

Depende da especificidade do evento. Um casamento com três músicas não fica menos de 400 mil kwanzas.

Cantaria em ‘playback’ num concerto?

Não, prefiro cantar apenas com um guitarrista, não é admissível fazer um concerto em ‘playback’.

NÚMEROS DA SEMANA

182.^a

É a posição que Angola ocupa no mais recente ranking "Doing Business", do Banco Mundial, integrando, assim, a lista dos 10 piores países para se fazer negócios.

77

Mil toneladas é a quantidade de produtos agrícolas diversos, cultivados em Luanda, em 2015, revelou o chefe local da Agricultura, Pascoal de Castro.

142

Mil litros de combustível é a quantidade apreendida pela Polícia Nacional, em Cabinda, durante o primeiro semestre do ano.

20

Mil toneladas é a quantidade que Angola pretende atingir de produção aquícola, que enfrenta dificuldades devido à falta de ração.

RECEITAS CAIRAM 4% EM SETEMBRO

Petróleo vale menos à Sonangol



As receitas geradas pela Sonangol com a exportação de petróleo caíram em Setembro, mas ainda representaram cerca de 63% do encaixe fiscal com a venda de crude por Angola, totalizando 74.462 milhões de kwanzas, indica um relatório do Ministério das Finanças, citado pela Lusa.

Em Agosto, as receitas arrecadadas pela petrolífera estatal atingiram

os 77.822 milhões de kwanzas, até aqui o melhor registo da empresa este ano, números que quando comparados aos registados no nono mês do ano, representaram uma queda de 4%.

O relatório do Ministério das Finanças relativo a setembro indica que a Sonangol teve receitas em 10 das 13 concessões petrolíferas contabilizadas no documento.

O barril exportado por Angola, no primeiro semestre do ano, chegou a valer apenas 28 dólares, contra os 45 dólares que o Governo previa arrecadar, segundo o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, que na revisão aprovada na Assembleia Nacional desceu para 41 dólares.

Angola exportou em Setembro 56.075.475 barris de petróleo, mais 2.168.730 barris face a Agosto, a um preço médio que voltou a descer, para 41,7 dólares, contra os máximos do ano, em Junho, acima dos 46,6 dólares. O país totalizou assim vendas globais de petróleo de mais de 2,33 mil milhões de dólares em Setembro. As receitas fiscais com estas vendas desceram 1,4%, para 118.133 milhões de kwanzas, incluindo nestas o encaixe fiscal da Sonangol.



Banco Económico ajuda escolas

Um protocolo de prestação de serviços bancários foi assinado entre o Banco Económico e a Associação Nacional do Ensino Privado (ANEP), com vista a dar respostas às necessidades financeiras da organização, associados e demais colaboradores.

Do acordo, assinado no fim da semana passada por Sanjay Bhasin, presidente da comissão executiva do Banco Económico, e António Escórcio Pacavira, director-geral do ensino privado, integram um pacote de serviços bancários desenhado para dar resposta à gestão de instituições de ensino privado que se "deparam com desafios financeiros", de acordo com o director de marketing operacional do banco, Bruno Javan.

O banco criou esta solução como um instrumento de tesouraria, com a finalidade de proporcionar maior comodidade aos encarregados de educação e maior eficiência no processo de cobrança de propinas, através do financiamento leasing, para apoio à modernização das instituições de ensino privado.

BANCA

CaixaBank 'encoraja' venda do BFA

O presidente executivo do CaixaBank está convencido de que a venda pelo BPI de 2% do capital do Banco de Fomento Angola (BFA) à Unitel vai diminuir os riscos do Banco português no mercado angolano e atenuar as preocupações do Banco Central Europeu (BCE).

"Não posso especular", disse Gonzalo Gortázar, citado pela Lusa, durante a apresentação dos resultados do CaixaBank, na passada sexta-feira, em Espanha, referente aos primeiros nove meses de 2016. Na ocasião, o banqueiro reforçou que "se o BPI perde o controlo do BFA, terá de deixar de consolidar" nas suas contas e "é lógico que o resultado deixará de ser incluído".

O espanhol CaixaBank é o maior accionista do BPI e lançou uma Oferta

Pública de Aquisição (OPA) sobre o banco português, que espera controlar antes do fim do ano.

Gonzalo Gortázar já tinha explicado na quarta-feira que o banco português irá continuar a ter 48,1% do capital do BFA, mas "deixará de consolidar" o banco angolano pelo método integral.

BPI e Unitel chegaram em Setem-

bro a acordo para que a empresa portuguesa venda 2% do capital social do BFA à Unitel, que passa a ter 51,9% e o BPI 48,1%.

Antes, em Janeiro, o conselho de administração do BPI havia recusado, por unanimidade, a proposta de compra de 10% do BFA por parte da Unitel. A proposta prossupunha o pagamento de 140 milhões de euros.



O VALOR ESTA SEMANA

ECONOMIA NACIONAL

FMI antevê 2017 difícil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um 2017 'mais apertado' para os países africanos exportadores de petróleo, com Angola a registar uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 1,5%, menos 0,6 pontos percentuais contra as projecções do Governo que antevem 2,5% na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017. **Págs. 8 e 9**



NO ESTRANGEIRO

Chicoil encerra portas

O grupo Chicoil, especializado na área hoteleira e segurança privada, pretende fechar algumas unidades de negócio no exterior do país, nomeadamente na China, Emiratos Árabes Unidos e Portugal. A medida está a ser justificada pela necessidade de se reduzirem custos com o pessoal e com o património sob gestão da empresa. **Pág. 18**

BANCA

Depósitos 'bloqueados'

Persistem as queixas de clientes sobre dificuldades no acesso aos depósitos em vários balcões dos bancos comerciais, desde limitação no valor a levantar a dificuldades com as transferências interbancárias. Especialistas defendem que a excessiva recolha de recursos pelo Estado atira as famílias e algumas empresas para o segundo plano. **Pág. 14**